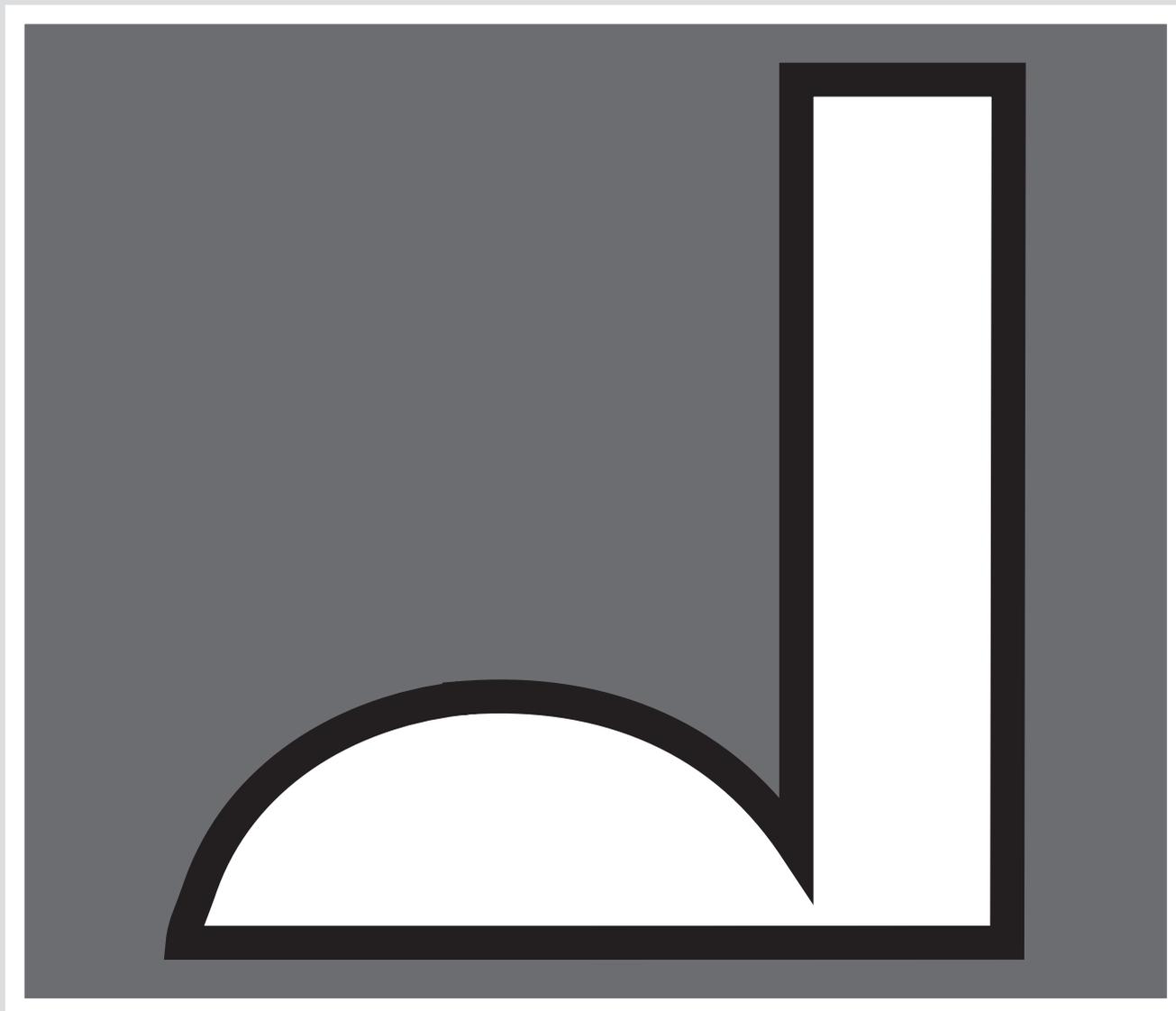




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissão Mista Permanente

ANO LXVIII – SUP. “D” AO Nº 212 – QUINTA, 19, SEXTA, 20, SÁBADO, 21 E TERÇA, 24 DE DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p align="center">Líder Eunício Oliveira - Bloco (64,67)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (64,67)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (69)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p align="center">Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,66,100) Rodrigo Rollemberg (68,99) Inácio Arruda (89,93)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,66,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,93)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,78)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p align="center">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (97,112) Cyro Miranda (31,95)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (72) Alvaro Dias (75) Paulo Bauer (5,35,73,77)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,79)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 13</p> <p align="center">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p align="center">SDD - 1</p> <p align="center">Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada	
1.1 – ATAS DE COMISSÃO MISTA PERMA- NENTE	em 24 de setembro de 2013.....	4
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013.....	14

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Senador Sérgio Souza e dos Deputados Fernando Ferro, Ricardo Tripoli, Sarney Filho e Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação dos requerimentos constante da Pauta: **Requerimento nº 10, de 2013-CMMC**, que requer “nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: Senhores William Wills, Professor do CentroClima/PPE/COOPE – UFRJ e Neilton Fidelis, Assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas-FBMC, para apresentar o Projeto de Pesquisa IES-Brasil – Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) – 2030/2050, nesta Comissão Mista Permanente de Mudanças sobre o Clima. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado; **Requerimento nº 11, de 2013-CMMC**, que requer “com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização do Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: A Agenda Pós-Varsóvia, previsto para o dia 6 de dezembro de 2013, com promoção desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. **Autoria:** Deputado Sarney Filho. **Resultado:** Aprovado; **Requerimento nº 12, de 2013-CMMC**, que requer “nos termos regimentais, a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC na 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a ser realizada na cidade de Varsóvia, na Polônia, entre os dias 11 e 22 de novembro do corrente ano. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 13, de 2013-CMMC**, que requer “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e

Defesa do Consumidor, do Senado Federal – CMA, Comissão de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS, para debater na forma de seminário sobre “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** aprovado; **Requerimento nº 14, de 2013-CMM**, que requer “participação da Comissão nos eventos Rio Clima, destinada a elaborar propostas sobre economia de baixo carbono, no período de 28 a 29 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, bem como tomar parte no Fernando de Noronha Primeiro Território Carbono Neutro, no período de 31/10 a 211, na cidade de Recife e Fernando de Noronha. **Autoria:** Deputado Alfredo Sirkis. **Resultado:** aprovado. Passa-se à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: “aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltadas para gestão do consumo e da conservação de água”, em conformidade com o Requerimento nº 8, de 2013-CMMC, aprovado pela Comissão em 13 de agosto do corrente, com a presença do Senhor Daniel Santana, Professor da Universidade de Brasília – UnB. Assume a Presidência o Deputado Fernando Ferro. Após a exposição do convidado, fazem uso da palavra os Deputados Alfredo Sirkis, Sarney Filho e Fernando Ferro e a Senadora Vanessa Grazziotin. A seguir, o convidado responde às interpelações e apresenta suas considerações finais. Retorna à Presidência, Senadora Vanessa Grazziotin. Ao final, a Presidência submete à apreciação, extra pauta, Requerimento no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 15, de 2013-CMMC** que requer “nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e da Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, para tratarem sobre medidas a serem adotadas diante do desastre natural associado ao tornado recentemente ocorrido em Taquarituba, Estado de São Paulo”. **Autoria:** Deputado Sarney Filho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaramos aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A pauta desta reunião está dividida em duas partes. Eu peço a licença do nosso convidado, com quem teremos um debate, para, neste primeiro momento, passarmos para a deliberação de requerimentos. E na sequência, após a deliberação dos requerimentos, entraremos na audiência pública.

Nós temos aqui, em pauta, o Requerimento de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 10, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: Senhores William Wills, Professor do CentroClima/PPE/COOPE – UFRJ e Neilton Fidelis, Assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas-FBMC, para apresentar o Projeto de Pesquisa IES-Brasil – Implicações Econômicas e Sociais: Cenários de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) – 2030/2050, nesta Comissão Mista Permanente de Mudanças sobre o Clima.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Quero dizer que a sugestão do requerimento para esse seminário partiu de uma ida de consultores e membros da nossa Comissão até um fórum importante sobre mudanças climáticas realizado no Rio de Janeiro.

Então está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

ITEM 2

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 11, DE 2013

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização do Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: A Agenda Pós-Varsóvia, previsto para o dia 6 de dezembro de 2013, com promoção desta

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Autoria: Deputado Sarney Filho

Ou seja, o que o Deputado Sarney está sugerindo é que logo após Varsóvia, que é a próxima Conferência de Mudanças Climáticas, a gente realize aqui um evento.

Então, está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 12, DE 2013

Nos termos regimentais, requeiro a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC na 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a ser realizada na cidade de Varsóvia, na Polônia, entre os dias 11 e 22 de novembro do corrente ano.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E aí, tendo aprovado o requerimento, eu sugiro aos Srs. Deputados e Senadores que manifestem perante a Comissão a sua possibilidade e intenção de participação ou não, para que a gente possa, desde já, com bastante antecedência, tomar todas as providências, mesmo porque em todas as conferências há dificuldades quanto à hospedagem, há dificuldade quanto a passagens, e quanto mais se aproxima do tempo da conferência, além das dificuldades, mais caro tudo fica. Então, que se manifestem, ouviu, Secretário; que encaminhem, pelo menos... a gente encaminha para os Senadores e Deputados, para que se manifestem e a gente possa tomar as providências.

ITEM 4

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 13, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, do Senado

Federal-CMA, Comissão de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS, para debater na forma de seminário sobre “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(Pausa.)

Aprovado.

ITEM 5

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 14, DE 2013

Requer participação da Comissão nos eventos Rio Clima, destinada a elaborar propostas sobre economia de baixo carbono, no período de 28 a 29 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, bem como tomar parte no Fernando de Noronha Primeiro Território Carbono Neutro, no período de 31/10 a 211, na cidade de Recife e Fernando de Noronha.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Em discussão o requerimento do Deputado Sirkis. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Os requerimentos aprovados, na sua grande parte, demandam providências à Secretaria da Comissão, que, desde já, solicito sejam adotadas.

Neste momento, passando à segunda etapa da nossa reunião, convido para compor a mesa o nosso convidado, que deverá debater conosco o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias projetuais voltadas para a gestão do consumo e da conservação da água.

Nosso convidado é o Professor da Universidade de Brasília, Daniel Santana, que desenvolve um belo trabalho em relação ao uso, aproveitamento e reaproveitamento da água.

Então, com a palavra V. S^a.

Aproveito para informar que aqui observamos um critério de uso da palavra em torno de 15 a 20 minutos.

Na sequência, abriremos para o debate.

O SR. DANIEL SANTANA – Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome da Faculdade de Arquitetu-

ra e Urbanismo da Universidade de Brasília, à Senadora Vanessa Grazziotin e à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas por esta oportunidade de fazer essa pequena apresentação sobre as aplicações e estratégias projetuais do aproveitamento de água pluvial em edificações.

O uso da água da chuva é um conceito extremamente simples que tem sido utilizado em diferentes países há milênios. Existem indícios do aproveitamento de água pluvial datados do Egito antigo, passando pelas cidades romanas, pelo Império Romano. É claro que, com a chegada do saneamento básico no século XX, houve um declínio no uso dessas tecnologias com finalidades potáveis.

Na Alemanha, na década de 80, eles começaram a ter sérios problemas com abastecimento de água. Com isso, aquele país começou a desenvolver uma série de equipamentos para o uso não potável da água nas edificações. Hoje em dia, o aproveitamento de água pluvial já é um conceito que vem crescendo como uma fonte alternativa para o abastecimento de água não potável nas edificações.

Como normas, nós já temos a ABNT de instalações prediais de água fria, que já permite um abastecimento de água não potável nas edificações, e essas águas podem ser utilizadas em descargas sanitárias, mictórios, combate a incêndio e outros usos onde o requisito de potabilidade não se faça necessário.

A norma específica que devem ser evitadas conexões cruzadas com as tubulações de água potável e essas tubulações de água não potável. E ela oferece ainda uma série de métodos e maneiras para se garantir a potabilidade da água e preservar a qualidade da água potável nos reservatórios.

Em 2007, foi elaborada uma norma também voltada ao aproveitamento da água da chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis, que especifica e dá maiores detalhes sobre como utilizar essa água em descargas sanitárias, irrigação de gramados e plantas ornamentais, lavagem de veículos, limpeza de calçadas, ruas e pátios, espelhos d'água e demais usos industriais. Essa norma especifica que as tubulações devem ser separadas e os pontos de uso devem conter uma inscrição de “água não potável” para identificar ao usuário que ele não pode usar essa água para beber. A norma também apresenta métodos e maneiras de dimensionamento de cisternas.

Em geral, a água pluvial que cai nas coberturas é de qualidade suficiente para esses usos, mas, no momento em que essa água da chuva entra em contato com impurezas que acabam se depositando na cobertura, torna-se necessário algum tipo de tratamento para que se possa utilizar a água para fins não potáveis. E a

norma específica alguns padrões de qualidade, conforme os tipos de uso. A norma recomenda, a depender do tipo de uso, como para um tipo mais restritivo, que se deve utilizar a desinfecção.

Os principais contaminantes da água pluvial captada por coberturas são terra, poeira, pólen, folhas. Existe a possibilidade também de ter excrementos de aves. E isso pode acabar afetando significativamente a água com contaminação bacteriológica, com *E. coli*. Por isso, essa água pluvial não pode ser utilizada para fins potáveis.

Essa água necessita passar por um processo de tratamento antes do seu aproveitamento na edificação. A primeira questão a ser utilizada é justamente um filtro, um pré-tratamento. Precisamos lembrar que vamos estar armazenando a água pluvial durante um longo período de tempo, ainda mais em regiões áridas, semiáridas do Brasil, onde se quer aproveitar o máximo possível da água durante a estação chuvosa e armazená-la nesses longos períodos de estiagem. Então, para garantir a qualidade, há uma série de equipamentos a serem considerados nas cisternas; estratégias para garantir essa qualidade de água para armazenagem prolongada.

No pré-tratamento, podemos utilizar os dispositivos que descartam as primeiras águas da água da chuva. Em inglês, eles chamam de first flush. Observou-se que nos primeiros minutos da chuva, no processo de chuva, a água suja que está nos telhados acaba sendo carregada ao longo dos primeiros minutos, ou seja, a água da chuva acaba lavando o telhado. Nos próximos minutos, depois de uns dez, vinte minutos de água após o período de chuva, essa água fica limpa, com uma qualidade superior, para poder ser aproveitada. Então, existem dispositivos que descartam essas primeiras águas da chuva, separando a água imprópria da água mais limpa, mais pura para ser utilizada.

Existem, também, no mercado, filtros de chuva, que foram elaborados para lidar com essa grande vazão de água que cai no telhado. Filtros rápidos de areia não são muito bem vindos nesse tipo de situação, pois exigem um reservatório anterior para acumular esse volume excedente de água. Os filtros comerciais são capazes de lidar com essa grande vazão e tratar, remover um pouco essas partículas de impurezas que estão na água.

Por mais que o filtro remova essas impurezas, teremos pequenas partículas que acabam passando pelo filtro e partículas mais densas que a água acabam se decantando no fundo da cisterna, desse reservatório enterrado. É o segundo processo de tratamento: decantação. As partículas menos densas que a água acabam se acumulando logo na superfície da água da

cisterna. Para tanto, é necessário que essa água da chuva, após sua filtragem, seja conduzida até a base da cisterna, com um equipamento chamado de freio d'água, para amortecer essa queda, evitando o turbilhonamento dessa sedimentação que está ocorrendo no fundo da cisterna.

Obviamente, precisamos de um ladrão. Então, nesse caso, na saída da cisterna nós temos um sifão que tem uma válvula de retenção para impedir a entrada de ratos, insetos na cisterna, e para estar também retirando essas pequenas partículas que estão suspensas logo na superfície.

A extração da água para abastecimento é feita logo abaixo da superfície da água, no seu ponto mais limpo, através de uma sucção flutuante.

Enfim, eu mencionei o freio d'água, que evita um pouco esse turbilhonamento da água lá dentro; o sifão ladrão, que evitará a entrada de insetos e roedores dentro da cisterna. Se a água está limpa, a gente quer preservá-la dessa maneira. E o filtro flutuante, uma sucção flutuante que extrai a água logo abaixo de sua superfície, no seu ponto mais limpo.

Então, lembrando, as principais questões são pré-filtragem, freio d'água, sifão ladrão e um filtro flutuante para extrair as melhores águas. Agora, o que acontece? Na época de estiagem, é bem provável que essa cisterna vá secar, esvaziar. Para tanto, é necessário que haja alimentação de água potável da cisterna, para que você garanta o abastecimento contínuo, por exemplo, em vasos sanitários.

A norma específica a necessidade de uma separação atmosférica nesse processo de alimentação de água potável para água não potável, para evitar essa contaminação. Existem equipamentos, no mercado brasileiro, plug and play, por assim dizer, que já garantem essa qualidade, como o exemplo, no caso, desse equipamento europeu, na verdade; ele é importado. No Brasil, ele já foi adaptado para se colocar uma tela de mosquito para evitar entrada do mosquito da dengue.

Nós temos diferentes tipos de sistemas. O mais simples e eficaz para se adaptar a uma edificação existente é justamente o sistema isolado, que não depende de modificações nas instalações, nas tubulações existentes da edificação. Temos já o sistema integrado, que permite o uso interno dessa água. Essa alimentação pode ser feita por gravidade, em que o processo de filtração já ocorre no nível da cobertura, e essa água é armazenada junto à caixa d'água, em nível da caixa d'água. Temos o sistema integrado de alimentação direta, no caso temos o bombeamento direto aos pontos de uso, muito comum na Europa. Mas no Brasil, o sistema usual é o sistema integrado de alimentação indireta, em que a água pluvial tratada e armazenada

é bombeada para um reservatório superior, e aí essa água alimenta os pontos de uso por meio da gravidade.

Existem alguns detalhes a serem levados em consideração nesse reservatório superior, lembrando esses cuidados para evitar conexão cruzada, a separação atmosférica. Temos um equipamento aqui que faz essa separação. Ele alimenta a água automaticamente, à medida que é necessário.

Peço desculpas se eu estiver indo um pouco rápido, é por causa do tempo.

Eu gostaria de apresentar os resultados da minha pesquisa de doutorado, que foi até premiada pela Agência Nacional das Águas, em 2012, que fez um estudo sociotécnico do uso e conservação de água nas edificações residenciais. Esse estudo não focou apenas no aproveitamento de água pluvial e sim em todas as estratégias existentes.

Quando a gente fala de conservação de água, é necessário, primeiramente, compreender como a água está sendo utilizada nessas edificações, para poder identificar essas estratégias viáveis para adaptação predial. No caso, o meu estudo focou em tipologias residenciais para diferentes faixas de renda. Então, o meu estudo de caso foi o Distrito Federal, onde temos residências de alto padrão, de alta renda, das Regiões Administrativas Lago Norte e Lago Sul, que são muito similares. Outra tipologia são os prédios de apartamentos, com renda média alta aqui no Distrito Federal, das Regiões Administrativas de Brasília e de Águas Claras. Temos faixas de renda média baixa, Taguatinga e Candangolândia; e as faixas de baixa renda, Ceilândia e Samambaia.

Então, esse estudo fez um levantamento de 481 residências. Medimos o consumo de água de 117 residências no Distrito Federal, para identificar como a água está sendo utilizada dentro das edificações. Ou seja, o volume de água utilizado nas descargas sanitárias, nos chuveiros, nos lavatórios, nas pias da cozinha, e assim por diante. Por que isso? Para identificar soluções viáveis e quantificar o potencial de conservação de água de vários sistemas.

Esse estudo verificou a adaptação predial, a possibilidade de adaptar um edifício existente, uma casa existente, e a aceitação dos usuários. Ou seja, a disposição dos moradores para investir nesses tipos de estratégia. Em geral, temos um alto grau de aceitação pública para utilizar água da chuva, ou até mesmo reuso de águas, as águas cinzas, provenientes de chuveiros, de lavatórios e máquinas de lavar roupa, tanques. Porém, apesar de a grande maioria da população do Distrito Federal, dessa amostragem, estar preocupada com o futuro dos recursos hídricos locais, ela não está disposta a fazer grandes investimentos.

Focando um pouco no aproveitamento de água pluvial, foi verificado o potencial de redução de água,

as economias geradas pela água em metros cúbicos por ano, em função do volume de cisterna, para diferentes tipos de uso. Então, nesse primeiro cenário, nós temos o uso apenas em torneiras de jardim voltadas à irrigação e lavagem de pisos. Podemos observar que não é necessário para a alta renda – Lago Norte e Lago Sul – investir em cisternas acima de 30m³, porque, nessas residências, não vai haver economias maiores.

Cada análise identificou, para cada faixa de renda, diferentes possibilidades de aproveitamento da água da chuva, apenas para torneiras de jardim, descargas sanitárias e lavanderias, e verificou-se em que ponto o volume da cisterna acaba influenciando nas economias de água e até que ponto ele para de influenciar na economia. Não há por que investir em grandes volumes de cisternas se isso não vai gerar economia. Isso foi feito para renda altas, médias altas e baixas rendas.

Esse é o potencial de economia de água em metros cúbicos por ano.

Agora, numa análise de custo/benefício, esse estudo identificou que uma série de volumes diferentes de cisternas para diferentes tipos de uso é capaz de promover benefícios econômicos, além dos ambientais, obviamente. Porém, essa estratégia se demonstrou eficaz apenas para renda alta e a renda média alta. Em residências de baixa renda e média baixa renda, esse sistema acaba sendo um pouco caro para essas famílias e não promove os benefícios financeiros necessários.

Em geral, em conclusão, em suma, os sistemas de aproveitamento de água pluvial têm um alto potencial para reduzir o consumo de água. Uma residência pode reduzir a 80 mil litros de água por ano. No caso da adaptação, sistemas de uso externo são mais simples de serem adaptados e de custo mais baixo. E, como mencionei, a aceitação dos usuários é grande por parte dos moradores, porém, devido ao seu alto custo, as pessoas não estão dispostas a fazer grandes investimentos nesses tipos de sistema.

O que está sendo necessário neste momento para promover o uso da água da chuva em residências no Brasil? Eu acho que, antes de mais nada, é necessário algum tipo de regulamentação entre as agências de água e as concessionárias. Torna-se necessário tomar certos cuidados nas instalações. Isso precisa ser discutido. Isso precisa ser regulamentado.

Políticas de conscientização para a população.

A população precisa tomar conta de que o aproveitamento da água da chuva não pode simplesmente ser feito pegando-se a água da chuva e jogando na caixa d'água diretamente, sem nenhum tipo de tratamento. São necessárias maiores publicações e estratégias para conscientizar e demonstrar as instalações, como

é feita a manutenção e o funcionamento de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.

E por último, incentivos governamentais. É necessário termos políticas de subsídios sobre os impostos e taxas de juros, subsídios financeiros para incentivar essa população a investir nesses tipos de sistemas, como, por exemplo, baixas taxas de juros para o financiamento, tanto para o financiamento para o morador que está querendo comprar um sistema desses, como financiamento de empresas que querem se desenvolver no País.

Descontos na tarifa de água. No caso do Distrito Federal e de São Paulo, a concessionária está querendo cobrar uma taxa adicional pelo aproveitamento de água pluvial. O que acontece? A conta de esgoto, o volume de água que é despejado no sistema de saneamento das cidades é contabilizado pelo hidrômetro. No momento em que você está coletando água da chuva, você não está contabilizando essa água. Então, as concessionárias estão querendo cobrar por esse tipo de uso de água. Isso acaba criando uma barreira no seu uso, na sua aplicação, porque já é um sistema que tem certo custo, e os moradores, no momento em que descobrirem que terão de pagar por essa água que teoricamente é gratuita, isso pode acabar afetando um pouco o uso desse tipo de sistema.

Algo que está sendo muito discutido e já tem em São Paulo são descontos no IPTU do imóvel, ou seja, residências ou edificações que estão utilizando um sistema de aproveitamento de água da chuva ou até mesmo o sistema de reuso de água ganham desconto no IPTU do imóvel, como uma maneira de estar incentivando as pessoas a investirem nisso.

Desculpe-me se fui um pouco rápido, é porque são muitas informações em pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro/PT – PE) – Obrigado, Prof. Daniel. Acho que você traz aqui um debate extremamente importante.

Eu sou da região do semiárido nordestino e sei da importância das cisternas de placa, do acúmulo de água nesse período seco. Em função da própria escassez de água, essa sistemática de acúmulo residencial de água é responsável, inclusive, por dar uma segurança e impedir tragédias passadas. Então, é algo já realizado em regiões rurais do País.

Eu gostaria, inclusive, de na sequência da sua fala, primeiro, que você pudesse falar se tem conhecimento de alguma experiência internacional. Se não me engano, Tóquio é uma das cidades que tem um dos melhores sistemas de captação de águas fluviais e é algo a ser observado, em função da nossa situação no Brasil. Cidades grandes do Brasil, hoje, se tivessem sistema de captação dessa água, teriam muito menos transtornos. Acho que em função do próprio processo

de escoamento, de drenagem hoje disponível nessas cidades, nós vemos as tragédias e os alagamentos com uma quantidade impressionante de água que poderia ter sido destinada para outros locais. Então, acho que isso deve fazer parte de uma política de defesa civil também, como componente da segurança hídrica e da melhora da qualidade de vida nas cidades.

No caso da sua pesquisa aqui no Distrito Federal, qual é a perspectiva? Por exemplo, aqui em Brasília, quantas habitações existem e o que significaria... Eu fiz uma conta grosseira aqui. Uma cidade como São Paulo deve ter o quê? Dois milhões, três milhões de habitações. Se cada um acumula um metro cúbico de água, são três milhões de metros cúbicos acumulados que não iriam para esgoto. Isso poderia ser tomado em outra dimensão. Então, quantificar isso também é um elemento que pode ajudar a fazer essa mudança de cultura no convívio com a água das chuvas.

Por último, em termos de legislação, você sugeriu algumas iniciativas. Acha que tem algo mais a apresentar, propor sobre isso? Porque essa possibilidade de captação de águas pluviais para o nosso País, com as características que temos, é sempre vista como algo até prosaico. É um País que dispõe de muitos recursos hídricos e tal, mas nos parece que é uma medida de urbanismo fundamental.

A nova arquitetura urbana exige exatamente esse convívio: o controle de poluição, o controle de recursos hídricos, que passa a ser algo perfeitamente necessário de se integrar nas novas concepções de urbanismo.

Bom, eram essas as questões que nós temos. O Deputado Sirkis solicitou a palavra, mas não sei se o Relator gostaria de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro/PT – PE) – Está bem.

Então, com a palavra o Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, a primeira parte da sua exposição me fez lembrar daquele velho dito brasileiro: “Por que simplificar se podemos complicar?”

Eu, Como Secretário de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro, fui responsável em criar a obrigatoriedade legal do aproveitamento de águas pluviais para novas construções que tivessem uma superfície maior do que 500 metros quadrados. Evidentemente, o Brasil é muito diverso e existem pelo menos duas situações distintas em relação ao aproveitamento de água pluvial. Lá onde ela se faz muito necessária, por excesso de água, como medida de prevenção de enchente, você ter uma grande quantidade de reservatórios que colem água pluvial no momento da maior precipitação, que é o caso do Rio de Janeiro, e em re-

giões que, pelo contrário, tem uma grande escassez de água. De qualquer maneira, nas duas situações, a parafernália regulamentatória que você exibiu aqui como norma nacional me parece que, na verdade, ela é um impeditivo à generalização dessa solução pelos custos. Eu estava vendo a hora em que seria preciso até uma coisa informatizada para poder trabalhar com o sistema. É o tipo de situação que, primeiro, para ser generalizado, tem que estar em lei como obrigatório e, para ser obrigatório, tem que ser barato. Então, na verdade, em caso de prédios, por exemplo, tem que restringir o uso. Usa só para jardinagem e lavagem de carro. Tem que ter o reservatório, um sistema de tubulação separado evidentemente do sistema de abastecimento de água. Negócio de tabuleta... Eu não considero que a água da torneira seja potável, entende? Então, eu vejo que é uma coisa a mais.

Portanto, temos o reservatório que capta, temos um sistema no reservatório que defende, em relação a resíduos grosseiros que caíam dentro, o sistema de tubulação ligando com a garagem e ligando com o jardim do prédio e ponto final. Aquela parafernália que foi colocada aí encarece em extremo o equipamento e vai criar um enorme problema para você transformar isso em uma coisa obrigatório, quer em relação ao custo das novas construções, quer em relação à manutenção disso por parte dos condomínios. Então, eu acho que, embora tenham sido as melhores possíveis as intenções de quem fez essa regulamentação, e não algum lobby de equipamentos hídricos agindo no terreno regulamentatório, eu vejo que foi um tiro no pé. Não sei até que ponto que isso é obrigatório, mas eu considero um tiro no pé, tamanha a complicação para se instalar a capacitação de águas pluviais. Eu acho que, ao contrário, devemos simplificar ao máximo, evidentemente restringindo o uso. E o uso em prédios residenciais me parece que é este: lavagem – lavar chão de partes comuns, garagem, carro – e jardinagem. Com isso, a água pode até ser contaminada e não vai ser um problema. Agora esses filtros, essa coisa toda, essa complicação, isso aí realmente joga o custo desse negócio lá para o alto e inviabiliza tanto em função do investimento quanto em função da manutenção desses equipamentos.

Essa é a primeira observação que eu tenho a fazer com conhecimento de causa, porque trabalhei dois anos nisso; discutimos a fundo isso com os construtores, com os condomínios, com os moradores e chegamos à conclusão de que simplicidade é ouro.

A segunda observação que eu queria fazer é que me surpreendeu que, no elenco final de recomendações que foram colocadas, esteja faltando algo que, na minha opinião, é o mais importante. Aí também vamos

ver, pois as situações variam de região para região. Pode ser que em muitas regiões não exista isso, mas no Estado do Rio de Janeiro, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), uma das companhias mais ineficazes que existem no Brasil e quiçá no mundo, deixa de adotar uma coisa que considero fundamental e que deveria constar aí, que é a questão da hidrometragem individual, onde cada família paga pelo que efetivamente consome. Existe, por parte da Cedae – provavelmente em outras regiões do Brasil também existirá –, a famigerada cobrança por estimativa.

Então, eles jogam... Em um determinado prédio onde moram umas cem famílias, todas são cobradas da mesma forma, por uma estimativa, o que é um crime, porque a família Silva é extremamente econômica, gasta pouca água, e a família Pereira não, ali é uma esbórnica, deixam torneira ligada, passam duas horas no chuveiro, enfim, têm um tipo de atitude totalmente diferente em relação à água; e as duas pagam a mesma coisa, que é uma média para cobrança por estimativa.

Então, se queremos, de fato, que haja uma cultura de economia de água, a primeira coisa é uma hidrometragem para cada unidade residencial que faça com que cada um pague pelo que de fato está consumindo e não uma situação nebulosa em que o econômico acaba pagando pelo perdulário e não existe o menor estímulo, por essa razão, para que se gaste menos água.

Essas eram as duas observações que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro/PT – PE) – Senadora Vanessa, queria que V. Ex^a reassumisse os trabalhos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, pode ficar, porque aproveito e faço alguns questionamentos ao Dr. Daniel. Perdi o finalzinho da sua exposição e não sei se o senhor falou a respeito de custos.

O SR. DANIEL SANTANA – Falei um pouco sobre custos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Da viabilidade.

O SR. DANIEL SANTANA – Da viabilidade. Na verdade, só falar um pouco da questão do sucesso...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, deixa eu só... porque gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa questão dos custos, da viabilidade e os incentivos. Os incentivos estão muito vinculados a questões que estão afetas ao Município, IPTU, à própria cobrança da água. Em geral são empresas municipalizadas, em grande parte do País.

O senhor acha que, do ponto de vista da legislação federal, teríamos que tomar alguma iniciativa para expandir essa política do reaproveitamento da água?

O SR. DANIEL SANTANA – Sim, acho crucial, muito importante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é, que o senhor nos indicasse na legislação, porque os nossos debates têm exatamente esse objetivo.

Ouvi falar – para fechar a minha participação – que a Câmara dos Deputados, na reforma que fez de todos os apartamentos, que está fazendo ainda, na realidade, construindo quase que um novo prédio, que é a moradia dos parlamentares federais, disponibilizou... parece que foi construído um sistema semelhante que não está funcionando por falta de algum tipo de autorização.

O SR. DANIEL SANTANA – Regulamentação por parte...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Gostaria que o senhor falasse disso também.

Muito obrigada.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, para que ele use a palavra de uma vez só, respondendo às questões.

Primeiro, acho que a dúvida foi comum aqui. Minha pergunta e minha preocupação maior era com custo, lógico; era sobre a possibilidade de obrigação legal e o relativo custo referente a essa imposição legal.

O Deputado Sirkis já se referiu a isso, a Presidente da nossa Comissão também já se referiu a isso e acho que, cada vez mais, caminhamos para buscar autonomia dos núcleos habitacionais, tanto no que diz respeito à energia quanto à água. Não tenho dúvida de que no futuro, Deputado Fernando Ferro, e não muito distante, a maioria desses condomínios, a maioria desses conjuntos de prédios por área, por localização, vão ter autonomia energética; através da microgeração de energia, vão ter uma maior independência no que diz respeito à água através da reutilização; mas é lógico que esse é um caminho longo a percorrer.

Como estamos falando aqui de água, de reutilização de água, quando Ministro do Meio Ambiente, fui eu que lancei, Deputado Fernando Ferro, o Programa 1 Milhão de Cisternas, no Nordeste. Esse programa até hoje é usado. No princípio dele, pelo menos na minha época, era feito pelos moradores da região com a ajuda de organizações não governamentais muito vinculadas... pelo menos eram muito vinculadas às ONGs. Isso surgiu em um seminário sobre desertificação em Recife. Eu, como Ministro, presidi esse seminário mundial, global. E, a partir daí, fomos visitar as ONGs, que apresentaram essa ideia e nós a incorporamos.

Hoje, há propostas até de cisternas, não aquelas feitas pelos próprios moradores, mas já compradas feitas. Não sei que resultado isso está dando. Mas eu acho que caminhamos para isso.

O grande problema, professor, é justamente o custo. Há maneiras de se incentivar isso, ou a obrigação legal é o caminho mais apropriado? Porque você pode também caminhar por isenções fiscais, incentivos. Aquele negócio do poluidor pagador e do não pagador. Quer dizer, se você não polui, você tem incentivo.

Então, acho que a grande questão no momento aqui, no Parlamento, é a seguinte: imposição legal ou o caminho dos incentivos, através de isenções e tudo. Qual o melhor caminho? Ou tentar fechar ambos num momento como esse? Acho que a questão é essa.

O detalhe, realmente concordo com o Deputado Sirkis, está complicado, mas não é o problema agora. A maneira de ser fazer, equipamento que vai ser usado, isso é uma decisão posterior à decisão política. Isso é uma decisão técnica.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ. Fora do microfone.) – Mas é econômica também.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Econômica também. Está certo, tanto que eu falei sobre isso.

Então, acho que esse é o momento de pensarmos como Parlamento nessa questão. E nas repercussões, porque, certamente, uma decisão a esse respeito dará resposta econômica social e ambiental.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL SANTANA – Gostaria de fazer um comentário em relação justamente aos equipamentos que acabam influenciando os custos. Esses equipamentos, claro – enfim, mostrei alguns exemplos –, são equipamentos que o Brasil ainda não está produzindo. Existem poucas empresas que têm interesse em estar desenvolvendo isso.

Agora, precisamos lembrar que essas estratégias, esses dispositivos garantem a qualidade da água. E são baseadas em estudos, em experiências desde as décadas de 70 e 80. Claro que, por exemplo, no Sertão brasileiro temos o Programa 1 Milhão de Cisternas, onde famílias dependem dessa água e a usam para consumo humano. Só que a legislação não permite esse tipo de uso em áreas urbanas. As normas estão exigindo um altíssimo padrão da qualidade da água da chuva para utilização.

Nesse sentido, como arquiteto e como profissional da construção civil – já tenho uma certa experiência –, todos seguem a norma ABNT. Ela tem um caráter jurídico que protege o projetista, o profissional que está instalando isso. Então, nessa questão aumentam os custos? Sim, mas garante a qualidade da água.

Outra coisa que gostaria de mencionar é que o sucesso desses sistemas está justamente ligado à qualidade da água. Se você começa a ter uma água pantanosa para estar dando descarga sanitária, as pessoas não vão ficar muito contentes com isso.

Gostaria apenas de incluir também que o método, o modelo econométrico que foi utilizado aqui apresenta os benefícios financeiros apenas dos moradores em reais por metro cúbico de água economizado. O custo incremental médio permite analisar os benefícios ambientais causados por isso. Como foi mencionado, questões de enchentes. Vamos reduzir volume de água potável para tratamento, distribuição, coleta e tratamento de esgoto. Então, os benefícios vão além dos moradores.

Esses benefícios acabam beneficiando, no fim, as concessionárias, o próprio Estado e assim por diante. Então, eu vejo isso como uma maneira, por exemplo, de como as próprias concessionárias também poderiam ter interesse em investir – pouco que seja – não apenas em aproveitamento de água pluvial, como mencionou, com a individualização dos hidrômetros e assim diante, com o combate ao desperdício de água, mas em reduzir essa demanda e preservar os nossos recursos hídricos, o meio ambiente. Então, é importante lembrar essas questões.

O problema dos equipamentos. A questão da qualidade de água vem da norma, da normatização das edificações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro/PT – PE) – Essa prática... Nós temos o...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro/PT – PE) – Pois não.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Olha só: eu acho uma falácia falar de água pantanosa. Vamos lá. É absolutamente impossível haver uma água pantanosa no alto de um prédio de 12 andares, com reservatório que vai receber água pluvial. E a água desse prédio... Como eu falei, é uma questão de bom senso. A qualidade da água, a partir daí, depende do uso que se vai dar a essa água. É claro que, se for usar para beber, é uma coisa; se for usar no equipamento sanitário, é outra coisa; se for usar para lavar o chão da garagem ou o seu carro ou para regar o seu jardim, é uma terceira coisa. Então, eu acho que, na verdade, isso é um fenômeno tipicamente brasileiro de excesso de regulamentação. Não digo que seja o caso, mas, às vezes, isso é feito por lobbies que querem vender determinados equipamentos e aí criam uma norma com a rebimboça da parafuseta. Quando se vai ver, a rebimboça da parafuseta interessa a X ou Y. E, em nome de uma questão ambiental, acabam inviabilizando essa própria ação, porque é claro que, se criar uma

coisa demasiada cara, não vai dar certo. Nem o incorporador vai querer, nem os condomínios vão querer.

Aliás, a Senadora deu um exemplo muito bom. Foi feito aqui, na Câmara dos Deputados, uma residência e tudo. Não está funcionando por quê? Porque o custo de manutenção é alto, é complicado. Quanto mais complexo o equipamento, maior a probabilidade de ele enguiçar, ainda mais quando envolve água.

Eu acho que, para que isso, de fato, se generalize, temos de ter, primeiro, a simplicidade. A simplicidade é dada pela limitação de uso. Não há necessidade de água pluvial para descarga de latrina, muito menos para beber. Nas grandes cidades, eu acho que se deve limitar o uso à lavagem... A quantidade de água boa que é desperdiçada, porque se está lavando o chão da garagem... Pelo amor de Deus, não tem de se usar água da torneira para limpar o chão da garagem. Agora, água pluvial pode ser usada. Ou, então, ela pode ser usada para regar o jardim. Acho que tem de se limitar drasticamente o uso para poder simplificar ao máximo o equipamento. Essa é uma questão de bom senso.

A qualidade da água importa, quando ela é usada em uma situação que pode ameaçar a higiene, e aí, evidentemente, não seria bom utilizar uma água que não fosse pré-filtrada, mesmo para descarga. Não seria bom, evidentemente, usar uma água que não fosse pré-filtrada para qualquer tipo de uso doméstico. Agora, para o uso externo como esse, parece-me perfeitamente plausível haver apenas o sistema de captação e uma tubulação em separado. Aí vai haver um custo perfeitamente compatível para que a prefeitura possa colocar isso como um item obrigatório. Aí vai haver a generalização do uso. Vai haver esse uso numa escala grande. Não é apenas uma família de ambientalistas excêntricos que vai botar. Vai se criar uma situação de obrigatoriedade com baixo custo. E aí, realmente, vai haver o uso generalizado.

Agora, pode, eventualmente, não atender a empresas que estejam querendo oferecer equipamento A, B ou C. Aí é diferente.

Isso é uma questão importante, porque eu, ao longo de muitos anos de experiência como gestor ambiental, vi uma série de ideias muito boas e muito importantes absolutamente comprometidas por um excesso de regulamentação que acabou gerando custos muito altos e inviabilizando que esse equipamento pudesse ser adotado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Então, professor Daniel, o senhor tem a palavra, rapidamente, para fazer seus comentários sobre as palavras do Deputado Sirkis, e aí nós passaremos para outro assunto da pauta.

O SR. DANIEL SANTANA – Realmente, acho que a maneira mais simples de estar sendo utilizada é utilizando na torneira de jardim. Inclusive, a maneira

mais simples é estar se adaptando a edifício existente. Agora, os dispositivos para o padrão de qualidade da água são baseados em estudos prévios, em experiências internacionais e, no caso, as normas elevaram o nível da qualidade dessa água para fins urbanos de maneira que se torna necessário o uso desses dispositivos. Então, neste caso, talvez seja importante refletir um pouco mais sobre a questão das normas da ABNT. O projetista, o profissional não vai se arriscar a esse ponto de não estar utilizando esses dispositivos.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Quem sabe, Deputado Sirkis, nós possamos fazer, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, uma audiência pública para discutir os detalhes disso.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ. Fora do microfone.) – Isso parece aquela tomada de três.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Exatamente.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ. Fora do microfone.) – É enlouquecedora a burrice regulamentária que existe neste País.

O SR. DANIEL SANTANA – Só para resumir. Neste caso, acho que seria interessante para determinados tipos de uso você ter determinados tipos de estratégias que garantam a qualidade. Obviamente, se você vai utilizar para lavar roupa, para dar descarga, é outra história.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado pela sua palestra.

O SR. DANIEL SANTANA – Eu que agradeço o convite.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu gostaria de aproveitar o quórum que já foi dado e lembrar que há pouco tempo nós tivemos uma audiência pública em Florianópolis a respeito de prevenções de desastres naturais. Foi uma audiência muito importante, com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia e com a presença de inúmeros Parlamentares.

Durante essa reunião de audiência pública, foram explicitadas quais as medidas já tomadas, tanto pelo Governo do Estado de Santa Catarina quanto pelo Governo Federal, a respeito de prevenção de calamidades.

Agora, neste fim de semana, anteontem, ontem, nós tivemos novamente calamidades no Estado de Santa Catarina.

É importante para esta Comissão, já que fizemos uma audiência pública, já que logo depois dessa audiência pública nós tivemos um evento climático extremo, pode-se dizer assim... Então, seria importante que nós colhêssemos – Presidente, é importante a sua presença aqui – essas experiências, para que se aproveitasse, daquilo que foi falado, que foi mostrado lá no mapa, como processos já consolidados de alarmes, de prevenção de catástrofes ambientais, com o

que aconteceu recentemente. É importante que esta Comissão tenha uma noção a esse respeito.

Nesse sentido, Sr. Presidente, até para não perdermos a oportunidade desta semana, eu gostaria de primeiro colocar para a Comissão esse requerimento, nesses termos que acabei de dizer, e depois o formalizarei, para que os membros da Comissão possam tomar conhecimento total do conteúdo desse requerimento, cujo teor e sentido eu acabei de dar neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimento V. Exª pelo nosso convidado, cujo debate foi muito interessante.

Solicito ao senhor que envie sugestões de legislação federal, mudanças, para a Comissão, a fim de que possamos viabilizar a apresentação e a tramitação.

Sobre o requerimento do Deputado Sarney, nosso Relator, que esteve lá em Florianópolis... Deputado Sirkis, V. Exª perdeu uma grande audiência pública. O Ministro da Ciência e Tecnologia com o Coordenador de Mudanças Climáticas do Ministério, Carlos Nobre e outros lá do Estado mesmo, da Defesa Civil, fizeram belíssimas apresentações no sentido de dar vida a uma lei que aprovamos no ano passado, a Lei de Desastres Naturais, que é uma lei preventiva. É tudo o que tem de ser, porque, até então, fica tudo parado e, quando desliza um morro, quando acontece uma enchente, muitas pessoas não só perdem os seus bens, mas vidas se perdem também. Aí é que ocorrem.

Então, muita coisa nova foi dita e eu acho, Deputado Zequinha, que não podemos esperar a próxima reunião para conhecermos o teor. Vamos colocar o requerimento verbal de V. Exª em votação. Imediatamente, ele é transcrito e encaminhado para quem? Para a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, para o Ministério de Ciência e Tecnologia e para a Defesa Civil do Brasil.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Todos estiveram presentes lá.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Para falar o antes e depois e como a diferença de tudo o que está sendo aplicado lá... Isso que o senhor falou em relação a esse último desafio.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Srª Presidente, se alguma sugestão pode vir daqui...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pode, claro.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Se nós achamos que um dos instrumentos, sem prejuízo de outros, se um dos instrumentos de prevenção de enchentes é a construção em massa de reservatórios de águas pluviais nas cidades para poder reter, de alguma forma, a intensidade da primeira chuva, então, faz-se necessário justamente rever essas normas da ABNT e

termos normas no sentido de que em sistemas pluviais os mais simples possíveis, com o uso muito restrito, como foi aqui colocado – uso restrito para lavar chão, lavar automóvel e jardinagem – tem de haver uma norma específica que dispense aquela parafernália que foi exibida aqui como obrigatória, por uma questão de custos, porque, se nós queremos realmente instalar milhares, milhares e milhares de reservatórios de água pluvial, vamos ter de simplificar esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito, Deputado. Perfeitas as observações de V. Exª. Inclusive, isso ajuda muito a diminuir o impacto sobre a natureza em relação às águas pluviais.

ITEM 6

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 15, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e da Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, para tratarem sobre medidas a serem adotadas diante do desastre natural associado ao tornado recentemente ocorrido em Taquarituba, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Sarney Filho

Então, coloco em apreciação o requerimento verbal apresentado pelo Deputado Zequinha Sarney; Sarney Filho.

Em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião, agradecendo a audiência de todos.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11h horas e 16 minutos.)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia cinco de novembro do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Se-

nado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Wellington Dias e dos Deputados Fernando Ferro e Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: “**Reunião preparatória para a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a realizar-se em Warsaw/Polônia de 11 a 22 de novembro**”, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão, aprovado em 12 de março do corrente, com a presença dos seguintes convidados: **Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho**, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores – MRE e **Everton Lucero**, Chefe de Divisão de Clima do Ministério das Relações Exteriores – MRE. Após a exposição dos convidados, fazem uso da palavra os Deputados Alfredo Sirkis e Fernando Ferro e os Senadores Sérgio Souza e Vanessa Grazziotin. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência submete à apreciação, extra pauta, Requerimento no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 17, de 2013-CMMC** que “requer, nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, bem como a apresentação de exposição de material reciclado, com data a ser definida posteriormente, com a participação dos representantes do Ministério do Meio Ambiente; da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas; do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES; da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental de Manaus – ARPA; do Senhor Tião Santos – Presidente da Cooperativa do Gramacho e do Senhor Edson Freitas – Presidente da Associação dos recicladores do Estado do Rio de Janeiro”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Adiado o Requerimento nº 16, de 2013 – CMMC. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamen-

te com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que “Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas”.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A primeira parte da nossa reunião está dedicada a uma audiência pública de acordo com a deliberação de requerimento de autoria do Deputado Adrian para debater o tema incineração de resíduos sólidos.

A segunda parte da reunião... Nós vamos inverter, porque a segunda parte da reunião é dedicada à audiência pública preparatória para a 19ª Conferência das Partes, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a realizar-se em Varsóvia, na Polônia, de 11 a 22 do corrente mês.

Então, como nós estamos invertendo a pauta, quero de imediato convidar para fazer parte da Mesa o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, que é Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Agradeço muitíssimo a V. Exª.

Embaixador, seja muito bem-vindo.

Também convido para compor a Mesa o Ministro Everton Lucero, que é também da divisão de clima do Ministério das Relações Exteriores, um Embaixador gaúcho, como todos nós conhecemos. Quero agradecer muitíssimo a disponibilidade de estar conosco aqui hoje para debater especificamente a questão da Conferência das Partes, que, como falado anteriormente, deverá ter início dia 11 e acontecerá até o dia 22. Perspectivas da Organização em relação a essa conferência. Tivemos um problema, o nosso Relator que solicitou inclusive que fosse marcada para a presente data e horário teve um problema no Maranhão e não pôde estar presente. Os senhores tenham certeza de que essas informações aqui prestadas no debate serão muito importantes já para a preparação de uma delegação de Parlamentares também.

Passo a palavra ao Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho. A gente costuma usar aqui em torno de 15 a 20 minutos, mas fale pelo tempo que achar necessário.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Senadora, pelo convite de vir a esta Casa. Em nome do Ministro Everton Lucero, também gaúcho, agradecemos esta oportunidade para aqui debatermos e trocarmos algumas impressões a respeito do que poderá ser essa conferência, Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá agora, do dia 11 ao dia 22 de novembro, na cidade de Varsóvia, na Polônia.

É um programa amplo, é um programa do qual seguramente esta Casa já tem conhecimento da programação. Ela começa com encontros prévios nos dias anteriores ao próprio dia 11, segunda-feira. Já no fim de semana, nos dias que antecedem o dia 11, iniciam-se alguns contatos regionais, coordenações regionais já a partir do próprio dia 7. Então, teremos aí vários contatos, grupos regionais, contatos bilaterais e, já na terça-feira seguinte, no dia 19, é quando tem início a sessão, o segmento de alto nível da conferência, em que é esperada a participação de Ministros e altas autoridades nacionais e da própria família das Nações Unidas que estará presente, a partir desse momento da terça-feira dia 19 de novembro.

Como todas as Conferências das Partes da Convenção, é importante – eu já venho tocando nesse ponto – que nós tenhamos em conta alguns aspectos e a justa perspectiva do momento em que nós estamos vivendo, dentro de toda essa situação climática, dos objetivos da própria conferência e também uma conversa sobre possíveis resultados esperados nessa conferência de duas semanas. E aí eu me detenho sobre cada um desses aspectos, o momento, os objetivos e resultados esperados, e eu queria primeiro colocar sobre o momento em que nós estamos trabalhando para termos um acordo a partir de 2020, um acordo que seja legalmente vinculante a todas as partes.

O segundo elemento deste momento em que nós estamos vivendo é a questão de que nós... E eu separaria isso em termos científicos e em termos políticos. Em termos científicos, acho que é importante nós levarmos em conta que nós estamos nos aproximando muito do limiar de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, que o painel de peritos, o painel de cientistas das Nações Unidas vem determinando como o limiar de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, que farão com que a subida da temperatura média no globo alcance dois graus centígrados. Então, estamos muito perto desse limiar, dessa concentração de gases de efeito estufa.

É importante também lembrarmos o painel – o IPCC, na sua sigla em inglês – sobre mudanças climá-

ticas, sobre a necessidade, a urgência de ações que são requeridas. Urgências de ações por quê? Porque estamos nos aproximando desse nível de concentração de moléculas de gases de efeito estufa na atmosfera e chegando muito perto dessa concentração que seria esse limiar de partes por milhão na atmosfera.

O último relatório desse painel de peritos, de cientistas nos indica dois elementos: primeiro, a urgência inadiável de ações que devam ser empreendidas; e, segundo, ele lança a questão do imperativo de maiores ambições com relação a respostas da comunidade internacional. Então, nos aproximamos desse limiar de concentração de moléculas de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível bastante crítico, segundo a questão da urgência das ações, que o último relatório do IPCC aponta sobre isso, e, mais do que urgência de ações, o painel também se refere à questão do imperativo de uma resposta mais contundente por parte dos países. Isso com relação a questões científicas.

Com relação a questões políticas, é importante ter em conta a recente convocação pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, que convocou uma cúpula para 2014 em Nova York, e convida os países a se representarem no seu mais alto nível, para discutirem. Ele espera que nessa reunião – e isso foi indicado pelo próprio Secretário-Geral – isso sirva como suporte, como alento político a essas negociações que começam agora, ou que já estão em curso, e que se adiantarão nos próximos anos, que essa conferência de cúpula seja um alento político a essas negociações.

Com relação aos objetivos dessa conferência, Senadora, um dos aspectos fundamentais será, evidentemente, a preparação das condições para as negociações que serão aceleradas agora, a partir do momento posterior a Varsóvia, até chegarmos à Conferência de Paris, no ano de 2015. Teremos, então, Varsóvia, em 2013; teremos a Conferência das Partes (COP, na sua sigla em inglês); teremos, então, Varsóvia em 2013; Lima, em 2014; e Paris, em 2015. Então, há necessidade de que os países possam, de comum acordo, chegar a uma preparação e a um foco de trabalho a ser desenvolvido nesses próximos dois anos.

Evidentemente, dentro desses objetivos, nós temos que avançar em elementos do que será esse acordo, negociação essa que tomará maior impulso a partir de Varsóvia. É justamente nós discutirmos quais os elementos que esse novo acordo, ou esse novo instrumento que decorrerá dessas negociações possa alcançar. E aí, é como se fosse armar o grande arcabouço dessas negociações, uma definição de grandes capítulos, grandes temas que devam ser incluídos. Algum trabalho já vem sendo feito com relação a isso.

Há outro aspecto dessa reunião. Então, eu me referi a estabelecer, preparar o terreno para essas negociações; dois, avançarmos nas discussões do que será esse novo acordo, e, em terceiro lugar, nós temos que também ter clareza – e esse será um ponto que será abundantemente discutido em Varsóvia – de como nós poderemos reduzir as lacunas hoje existentes. Essas lacunas a que me refiro são lacunas de ambição, em termos de compromissos para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

Nós temos que trabalhar justamente para diminuir as lacunas de implementação, seja na parte de financiamento, disponibilidade de recursos financeiros, para todos os esforços contidos na convenção ou no novo instrumento. E também, obviamente à luz da urgência que vem sendo alertada pelo Comitê Científico, nós temos que trabalhar para romper o imobilismo, a inércia de compromissos, principalmente por parte dos países industrializados, os países desenvolvidos, na convenção. Então, necessitamos de ações já, e necessitamos romper essa perniciosa e deletéria situação de inércia e de imobilismo que nós temos.

Com relação também à conferência, eu queria me referir ao último ponto que eu havia levantado, com relação a quais os resultados esperados. Nisso, como eu mencionava, nós temos que ter a compreensão de qual é o processo que de alguma forma alinharei e esbocei e a questão dos tempos negociais. Então, nós temos a ideia de termos um acordo, ou um instrumento que tenha vigência a partir do ano de 2020. E há um processo todo que se desenvolverá com relação a essa negociação. Esperamos que já, na Conferência de Paris, esse é um dos objetivos, possamos alcançar a conclusão do texto normativo desse acordo – quais serão os conceitos, quais serão os elementos que nele estarão incluídos. Então, a partir dessa compreensão do processo e dos tempos negociais, é muito importante para calibrarmos e entendermos que tipo de resultados poderão ser esperados nessa reunião de Varsóvia.

A reunião de Varsóvia é como se fosse um tempo intermédio, um tempo que medeia o processo de Durban, o plano de ação de Durban. Então, temos ainda dois anos posteriores para a implementação dos elementos elencados nesse processo de Durban, que se divide em duas grandes áreas de tratativas. Uma com relação ao futuro documento, ao futuro acordo, e outra, que prevê ações entre agora e 2020. Então, é um conjunto de ações que conduzirão a esse novo instrumento e um conjunto de ações para fortalecermos e aumentarmos as ações imediatas já na convenção.

Bom dia, Deputado.

E outro elemento que nós temos que ter em conta, o que venho mencionando, é o justo manejo das

expectativas com relação a Varsóvia. Evidentemente que é um processo que reúne toda a comunidade internacional e nós temos que imprimir e não deixar passar essa necessidade no sentido de urgência das ações requeridas.

Em suma, Senadora, eu queria concluir as minhas observações, e o Ministro Everton, se for o caso, também, eu pediria que completasse as minhas palavras iniciais, de que nós temos...

(*Soa a campanha.*)

JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – ... que ter, no caso, acho que seriam três palavras de ordem para a reunião de Varsóvia. Primeiro, implementação de entendimentos já alcançados em Conferências das Partes anteriores; em segundo lugar, a necessidade de ações já, e, terceiro, a questão da preparação das condições para a negociação que se desenrolará para podermos chegar ao ano de 2020 ao início da vigência dessa nova convenção ou instrumento internacional que venha a ser acordado.

Então, Senadora, essas são as minhas observações iniciais. Estou à disposição desta Comissão. É sempre um prazer estar aqui e estar aqui no Congresso, participando e discutindo com Parlamentares que estarão, vários deles, participando da Conferência em Varsóvia, já ao longo dessas duas semanas de árduas e longas negociações que se esperam nesses 14 dias, entre o dia 11 e o dia 22 de novembro, na capital polonesa.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu é que agradeço a sua participação, Embaixador José Antonio Marcondes, que, a partir de agora, coordenará a Bancada brasileira, o Governo brasileiro, frente a essas conferências sobre o clima.

Antes de passar a palavra ao Deputado, nos foi solicitado que o Ministro Everton Lucero possa falar também. Com todo prazer. O Ministro retornou recentemente e está já no Departamento de Clima no Ministério das Relações Exteriores.

Então, a palavra está com V. Sª.

EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado, Senadora. Eu acredito que o Embaixador já cobriu os pontos essenciais dos nossos posicionamentos e do que estamos levando e das expectativas também de Varsóvia.

Se há um ponto apenas que eu gostaria de ressaltar é o que diz respeito a uma proposta que fizemos e que estará sendo considerada em Varsóvia, a respeito do lançamento de consultas nacionais amplas no contexto da negociação do futuro acordo. São consultas, na verdade, domésticas que cada país deverá

ser encorajado a fazer com vistas a aumentar a própria legitimidade da participação de todos os países nessa negociação, por meio de um maior envolvimento das respectivas sociedades, de todos os setores, dos Parlamentos nacionais e com vistas, justamente, a garantir que o resultado dessa negociação seja de fato, reverta-se em compromissos justos, equilibrados e eficazes para combater o problema que enfrentamos atualmente.

Eu me limitaria a essa contribuição inicial, Senadores.

Estou à disposição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

Eu passo, então, a palavra ao nosso Deputado, para que possa fazer os seus questionamentos. Na sequência, farei eu.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Bem, é extremamente importante termos aqui, novamente, a presença do Embaixador Marcondes...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Deputado Sirkis, só um segundinho.

O Deputado chegou já ao final da intervenção, da fala do nosso Embaixador, mas não há problema algum, porque creio que entre todos os Parlamentares brasileiros, aquele que se dedica muito não só à questão da área, à questão política, mas sobretudo ao estudo concreto da matéria é o Deputado Sirkis.

Então, desculpem-me, mas quis fazer essas observações.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu tive oportunidade de ouvir, discutir em detalhes com o Embaixador Marcondes na reunião que fizemos da Subcomissão para a COP 19, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, na semana passada. E foi uma discussão extremamente profícua. De lá para cá, aconteceram dois eventos importantes e, em um deles, o Embaixador Everton Lucero participou ativamente.

Tivemos na semana passada o Rio Clima, dois dias de reunião, sendo que o primeiro na forma de *brainstorming*, com um grupo restrito, do qual participaram alguns dos maiores especialistas brasileiros de mudanças climáticas, e a discussão, toda ela foi focada na questão de economia de baixo carbono, como chegar a uma economia de baixo carbono.

E, a seguir, tivemos, em Recife, na ilha de Fernando de Noronha, o lançamento da campanha, melhor dizendo, do programa Noronha Carbono Zero, que, pela primeira vez, há indicação de um território brasileiro

com o objetivo de se transformar em carbono neutro no futuro, coisa que diversas cidades do Primeiro Mundo ambicionam, até hoje ninguém conseguiu, e achamos até que existe a chance de Noronha se tornar o primeiro território em escala planetária a ser carbono neutro.

Então, nesse caso, apresentou-se o inventário das emissões da ilha, concluiu-se, com facilidade, que mais da metade dessas emissões são provocadas pelo transporte aéreo, e o segundo maior fator de emissões é o funcionamento da termoelétrica a óleo diesel na ilha e, depois, temos alguns outros fatores. E se elaborou uma estratégia de neutralização desse carbono, pela substituição da produção de energia elétrica por energia solar, numa grande medida – não na totalidade, mas numa grande medida; um trabalho também em relação a outros fatores de emissão; e também uma maneira de trabalhar com as companhias aéreas em torno da cobrança de um pequeno adicional que serviria para a aquisição de certificados de redução de gás de efeito estufa no mercado internacional, possibilitando, assim, a redução de uma parte dessas emissões e com, ainda, o mecanismo de compensação do que falta, através de projetos de reflorestamento, tanto no arquipélago quanto, sobretudo, dadas as dimensões que eles vão ter que ter no próprio continente.

Então, já existe um esquema factível para, dentro de alguns anos, começarmos a ter de fato essa ilha como o primeiro território carbono neutro do Brasil.

Em relação às discussões no Rio de Janeiro, um ponto extremamente importante foi a eliminação dos subsídios para combustíveis fósseis e uma modificação nos sistemas tributários nacionais, inclusive no Brasil, onde impostos socialmente regressivos sobre o trabalho e os investimentos fossem sendo substituídos por uma taxação da intensidade do carbono.

Outro ponto importante foi o direcionamento do investimento público internacional apresentado por parte de um representante do Banco Mundial, mas que ali estava numa condição individual, Christophe de Gouvello, com uma proposta muito interessante da criação de um fundo que tivesse 80% formado por investimentos públicos de países e de entidades multilaterais e 20% do capital financeiro internacional, que se dedicasse à execução de uma carteira de projetos que já foram selecionados pelo mecanismo de desenvolvimento limpo, de comprovada eficácia na redução de emissões.

Depois discutimos a questão de uma nova ordem financeira internacional do baixo carbono, quando surgiu a ideia da necessidade de termos uma espécie de URV, uma unidade de valor lastreada pela redução de emissões de carbono que permitisse estabelecer uma

convertibilidade e uma equivalência entre diferentes tipos de esforços visando à redução.

Essa proposta se casa muito bem com uma das chamadas submissões que o Embaixador Marcondes fará à UNFCCC em nome do Brasil, que diz respeito ao que o Embaixador se referiu como um esforço antecipado. Estamos, na verdade, negociando um acordo que, se tudo correr bem, vai ser assinado em 2015 e que terá a sua vigência a partir de 2020. Mas alguns países – poucos, diga-se de passagem –, inclusive o Brasil, sobretudo, se anteciparam e estão reduzindo no agregado às suas emissões antes de 2020. Esse esforço precisaria de alguma forma ser remunerado, da mesma forma que todos os países que se prontifiquem a, de maneira voluntária, fazer reduções no agregado, reduções absolutas de emissão devem ser de alguma forma recompensados.

Hoje em dia, a recompensa possível é questionável, uma faca de dois gumes. São certificados de redução de emissões. Na verdade, esses países, ao cortar essas emissões, de uma forma, na minha opinião, um tanto perversa, estariam credenciados a emitir mais no futuro, como é o caso, por exemplo, de toda a polêmica que envolve a Rússia em torno das reduções havidas no início da década de 90, quando do fim da União Soviética, quando houve uma brutal recessão. Com base nisso, houve uma queda de emissões. E hoje os russos querem emitir mais por conta disso.

Essa unidade de valor que nós estamos propugnando a partir das propostas do Rio Clima 2013 funciona de uma forma diferente. Ela possibilitaria a aquisição de produtos e serviços que viabilizassem a redução subsequente das emissões. Da mesma forma, também geraria empregos, dinamizaria a economia, mas seria uma unidade de valor capaz de adquirir tecnologias, produtos como painéis fotovoltaicos por exemplo e a contratação de pessoal, de mão de obra e tudo, porém em ações que permitissem uma futura redução maior ainda das emissões. Sei que, por uma série de razões técnicas, a ideia dessa unidade de valor, que está sendo discutida no Itamaraty também como uma possível submissão, não houve tempo ainda de prepará-la para este ano. Possivelmente será apresentada em Lima no ano que vem. Mas chamo a atenção para a importância desse mecanismo, que, inclusive para o Brasil, seria muito positivo.

Por outro lado também, o que o Embaixador colocou e que me parece de enorme importância é estabelecer o princípio de um processo de consulta interno de todos os países que fazem parte da COP em relação a isso, porque diversos países, na verdade, não têm essa questão sendo de fato discutida no âmbito da sociedade, muitas vezes nem no âmbito do

Parlamento. Porque, na verdade, existem situações em que a própria delegação e um grupo de técnicos e especialistas praticamente têm o monopólio dessa discussão dentro do País. Então, a proposta brasileira de que se abra um processo interno de discussão é extremamente importante.

Concluo minha intervenção dizendo que estarão, muito em breve, disponíveis as recomendações do Rio Clima 2013, no tocante à economia de baixo carbono, e também estarão disponíveis os documentos ligados à estratégia para Fernando de Noronha. Isso vai ser antes mesmo da conferência e há até a possibilidade de isso ser anunciado durante a Conferência do Clima em Varsóvia, se conseguirmos um espaço para tanto, sabendo que há uma série de questões logísticas, de dificuldades, mas vamos procurar apresentar essas conclusões do Rio Clima e de Pernambuco no Clima na reunião COP 19, em Varsóvia, a partir do dia 11 de novembro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Vamos adotar aqui passar a palavra a todos os Parlamentares e, na sequência, aos nossos convidados, para que as respostas ou as observações ocorram de uma vez só. Está certo assim?

Então, Senador Sérgio e, posteriormente, eu falarei.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Cumprimento o Sr. José Marcondes de Carvalho, Secretário-Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do MME; Everton Lucero, Chefe da Divisão de Clima do Ministério das Relações Exteriores; Deputado Sirkis; também todos aqueles que nos ouvem e nos assistem.

Essa Convenção da COP que acontece em Varsóvia é intermediária. Acho que não faremos grandes avanços aí porque os acordos vão até 2015, inclusive a de 2015 será a COP mais esperada para ver o quanto poderemos avançar no que diz respeito às mudanças climáticas.

Mas eu, que presidi esta Comissão, fui Relator aqui e tenho optado por estar nela todos os anos, procuro entender a importância de nós monitorarmos as questões climáticas todos os anos em tempo real. Esta Comissão tem um papel ímpar dentro do Senado Federal, dentro da Câmara dos Deputados, ou seja, do Congresso Nacional. Inclusive o Congresso Nacional só tem duas comissões permanentes, e uma delas é a Comissão de Mudanças Climáticas, por mais que, quando colocamos na pauta das prioridades, esta não seja a comissão prioritária dos Parlamentares. Nós so-

mos movidos muito pelo imediatismo, por aquilo que nos obriga a uma ação imediata para resolver um problema imediato. E, quando se fala de mudanças climáticas, estamos falando de milhares de anos, décadas, séculos e assim por diante, e não observamos o que está acontecendo neste exato momento no nosso País, no nosso planeta e a importância disso para a sustentabilidade, mas não para a minha sustentabilidade, nem para a do meu filho, mas a sustentabilidade da humanidade, a sustentabilidade da fauna, da flora, do equilíbrio. Nós precisamos começar a dar um pouco mais de importância a essas comissões.

Por isso, por mais que pareça intermediária essa COP, é muito importante a presença do Ministério das Relações Exteriores, a presença do Ministério do Meio Ambiente, do Itamaraty, dos Parlamentares do Congresso Nacional, sejam eles Senadores, sejam Deputados, para ver o que está sendo feito ao redor do planeta no que diz respeito à mitigação, no que diz respeito ao controle das mudanças climáticas, ao controle das emissões de gases nocivos à nossa camada de ozônio. É preciso pautar essas ações, em nosso Parlamento, para que nós, aqui, possamos também sugerir mudanças nesse sentido, se assim acharmos que lá, em outro local neste planeta, algo está sendo feito que nos interesse, mas também contar o que nós estamos fazendo no Brasil. Isso é muito importante.

Estive na COP do ano passado, em Doha. Naquele momento, a Ministra Izabella Teixeira fez uma explanação mostrando o que o Brasil tem feito sob o ponto de vista da legislação para a preservação ambiental das florestas, seja da mata ciliar, seja da questão das APPs, seja da reserva legal. Inclusive, dos parques nacionais, das reservas indígenas. O diplomata que nos acompanhava está aqui junto conosco nesta reunião. Naquele momento, nós começamos a perceber que o Brasil, talvez, seja um dos poucos países do mundo que tem uma legislação muito clara e aplicável nessa questão da preservação da nossa flora. Nós temos, sim, os nossos problemas, mas somos um País que tem avançado, e muito, na redução das emissões por conta da redução das áreas degradadas. Temos o Plano ABC, que é a recuperação das áreas degradadas no Brasil. É muito importante, inclusive, para nós aumentarmos a nossa produtividade e cumprirmos o nosso papel, que é o de alimentar o planeta, não só o Brasil, mas o planeta. Nós temos essa responsabilidade.

Ban Ki-moon, na reunião da Rio+20, na abertura, disse isto com toda a clareza: nós vamos aumentar a população mundial em níveis, até 2050, que poderão chegar a 9 bilhões de seres humanos sobre o Planeta. Olha o impacto que isso vai causar no Planeta! Nós vamos, inclusive, pela inclusão social, por esse instru-

mento pelo qual as pessoas vão passar a consumir mais, a comer mais, precisar de mais pelos menos 50% de alimentos do que produzimos hoje. E o Brasil terá o papel de produzir grande parte disso. Agora, nós temos de reinventar ou continuar reinventando o que é produzir sem degradar.

Estive, recentemente, no Estado de Mato Grosso, em uma visita por ocasião da Subcomissão da Copa, na hora do almoço ou do jantar, falávamos sobre a quantidade de áreas que são agricultáveis no País e que estão sendo exploradas e a quantidade de áreas de pecuária. Daria para você triplicar a produção agrícola no País sem derrubar florestas, só avançando sobre a área de pecuária, não reduzindo o tamanho da nossa pecuária no País, porque nós podemos aumentar a produtividade melhorando a qualidade do solo. Aí o Governo tem um papel muito importante, que é o Programa ABC, e outros programas como o da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Então, gostaria de dizer que estarei lá, juntamente com a nossa Presidente, a Senadora Vanessa.

Deputado Sirkis, sempre presente também nas comissões, vai este ano também? (*Pausa.*) Vai de novo.

Quero presenciar o que está sendo feito ao redor do planeta e também participar dos eventos, mostrarmos o que estamos fazendo no Brasil. Lógico, vamos contar lá com toda a hospitalidade do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty, que sempre nos dá apoio para nos localizar e participar das principais plenárias que ocorrerão nesse ano, na COP de Varsóvia.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Sérgio Souza.

Também quero fazer algumas breves observações ao Embaixador, ao nosso Ministro, que deverá estar lá também coordenando a delegação brasileira nos debates e nas negociações.

Primeiro, fica claro que uma grande expectativa, assim como tivemos no passado em relação a Copenhague, está sendo jogada para a COP 21, em Paris, em 2015, até mesmo por conta dos resultados e deliberações das conferências anteriores.

Creio – e quero que os senhores comentem a respeito, se possível – que exatamente, para que não haja mais uma frustração, porque até certo ponto aquilo o que aconteceu em Copenhague não era aquilo que se esperava, para que não haja mais uma frustração, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, convoca para o ano anterior, além da COP, que normalmente ocorre, uma conferência ou uma cúpula para Nova York.

Será que o objetivo seria avançar nas negociações? Porque essa é uma questão até muito mais política do que técnica. O que temos? Temos um protocolo, que era um único mecanismo legal, vigente até o final de 2012, e, depois, compromissos voluntários de países que passam a vigorar.

Quero crer que, nesse aspecto, mesmo os compromissos voluntários têm sido importantes. O Brasil é um exemplo disso. Nós temos um compromisso voluntário que é em lei brasileira, ou seja, que nos amarra bastante.

Então, pergunto se não seria esse o real objetivo dessa cúpula convocada pelo Ban Ki-moon na última assembleia, que, aliás, está acontecendo ainda, das Nações Unidas, em Nova York. No seu discurso, ele enfatizou muito essa questão das mudanças climáticas e a questão ambiental.

Então, alguns comentários a respeito disso.

Em relação ao Fundo Verde, cujo montante está previsto. Como estão as negociações, os debates, em torno da formatação jurídica e organizativa desse Fundo Verde? Tem avançado ou não? Ou se não tem absolutamente nada avançado. Visto que também o Fundo Verde, o início da sua operação é lá para 2015, 2020.

Um outro questionamento: de acordo com a Ministra Izabella Teixeira, um dos temas que deverá ser mais debatido, nesta próxima Conferência das Partes, é o REDD, que é a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação de floresta.

O Brasil formalmente não adota o REDD. Entretanto, poderíamos enquadrar, como mecanismo de redução de emissões, muitos programas desenvolvidos no País. Sejam programas no âmbito federal, sejam programas no âmbito dos Estados brasileiros, que avançaram até muito mais do que a Federação brasileira, no que diz respeito à lei. A legislação é um conjunto de leis sobre mudanças climáticas.

E falando em REDD, nesta Comissão, Embaixador e Ministro, a gente tirou como um dos nossos objetivos tentar forçar uma negociação com o Governo Federal, para ver se avançamos na análise, no debate e posterior votação e aprovação da lei que trata de pagamento de serviços ambientais.

Porque é isso, quando falamos em economia verde, em neutralizar carbono, temos que começar de alguma forma. É óbvio que, se quisermos, podemos usar. O Brasil não tem condições de aprovar nenhuma lei sobre pagamento de serviços ambientais porque este é um tema extremamente complexo. Nós temos que valorar o capital para, depois disso, dessa valoração, aprovar a lei. Ou, então, não. Podemos aprovar uma lei inicial, uma lei simples, uma lei nada complexa – aliás, o Estado do Paraná tem já uma lei de pagamentos e

serviços ambientais e que está agora na fase de implantação. Ou seja, é simples. Não é necessário saber exatamente qual o valor de tudo, quanto de emissões estão sendo evitadas, quantas foram feitas. Enfim, com uma lei menor, a partir daí, chegarmos mais longe.

Ouvia com muita atenção o Deputado Sirkis falar a respeito de Fernando de Noronha. Não sabia desse debate acerca de Fernando de Noronha, mas, quando o Deputado começou a falar, eu logo aqui disse: “Não. Já era para ter energia solar lá.” Ou seja, agora vai ter energia solar lá. É claro. Aquilo é uma ilha. É muito pequeno. Que importância tem? Qual o impacto na economia brasileira? Nenhum! Mas é o início de um procedimento.

Estive recentemente – este é o nosso Vice-Presidente da Subcomissão, Deputado Ferro, ligando – em Costa Rica. É claro que não podemos transpor todo o exemplo, toda a experiência, de Costa Rica para o Brasil como nação, mesmo porque aquele país tem 51 mil quilômetros quadrados. Só um Estado brasileiro, o Amazonas – tudo bem que ele é o maior – tem 1,5 milhões de quilômetros quadrados; lá são 51 mil quilômetros quadrados. É um país muito pequeno, mas a sua experiência é muito importante, inclusive no que diz respeito ao pagamento de serviços ambientais.

Então, quero perguntar qual a opinião que o Itamaraty tem em relação ao REDD e também a políticas que estabeleçam uma forma de valorizar o meio ambiente de várias maneiras, e o pagamento de serviços ambientais seria uma.

Por fim, sobre o reconhecimento, no âmbito da Conferência das Partes, sobre o grande trabalho que o Governo brasileiro, que o País, como nação, vem desenvolvendo nestes últimos anos, que é a diminuição significativa das emissões por degradação de floresta. Se estamos ainda na briga por esse reconhecimento como um ativo, como é que está esse debate no âmbito internacional?

Passo a palavra, primeiro, a quem? Ao Embaixador ou ao Ministro? (*Pausa.*) Ao Embaixador.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Obrigado, Senadora, Senador, Deputado. Comentarei pela ordem em que foram feitas as considerações.

Primeiro, o reconhecimento da liderança, do ativismo do Deputado Sirkis, que a própria Senadora reconheceu, e todo o esforço que vem sendo feito em prol da sustentabilidade.

Acho que esse é um elemento extremamente importante, essa chuva de ideias que foi possível na reunião recentemente realizada no Rio de Janeiro e a implementação, o desenho de um programa, de Noronha, primeiro território carbono neutro, que agora

passa a ser implementado naquela belíssima ilha, arquipélago do nosso País.

O importante também, nesses aspectos que o Deputado levantou, com relação a algumas das propostas que a delegação do Brasil estará levando à pauta das discussões... Agradeço os comentários a respeito das propostas que o Brasil apresentou, e vamos discuti-las agora em Varsóvia. Duas dessas às quais se referiu o Deputado... Na questão de se esperamos poder aprovar, em Varsóvia, um processo de consultas internas, é um processo de consultas internas que esperamos que atinja, dentro das peculiaridades de cada país, toda a sociedade, todos os governos, em todos os seus níveis, nacionais, estaduais e municipais, mas também outros órgãos de governo, os Parlaentos, o Judiciário. Que os países se preparem internamente, possam completar essa tarefa inadiável e interna, justamente para aquilatar, mensurar o seu processo de definição doméstica sobre o nível de compromissos a serem assumidos a partir de 2020.

Essa proposta, muito bem abordada pelo Deputado, também visa aumentar sempre a preocupação que o Brasil tem tido, até porque nós estamos fazendo, e eu gostaria depois de me referir a isso, que outros países venham igualmente e possam nos emular no sentido de ações concretas e ações já nesse aspecto bastante ambiciosas do ponto de vista da redução das emissões.

O Deputado compreendeu perfeitamente, e este é um dos nossos objetivos: não apenas que se promova nos países um processo de consultas participativo, amplo, em que toda a sociedade, e não apenas os Executivos, possam determinar quais são os níveis de compromisso que venham a ser assumidos nos próximos anos, a partir de 2020, mas esse aspecto da ambição e da legitimidade das ações internas. Nós temos uma grande expectativa com relação a que Varsóvia venha a endossar essa proposta. Esse é um aspecto muito importante.

Há outro aspecto que levantou o Deputado que me permite, de alguma forma, fazer um vínculo ao que ele menciona dessa nova ordem internacional de carbono. É importante também dizer que há necessidade de podermos mensurar a questão da acumulação de gases de efeito estufa na atmosfera e justamente podermos mensurar de forma concreta, com dados, as emissões históricas realizadas pelos países. É importante ressaltar que o estado climático, hoje, não depende apenas das emissões presentes, mas decorre do acúmulo histórico de emissões realizadas principalmente após a era industrial.

Então, isso é fundamental, e essa é uma proposta que o Brasil apresentou que solicita esse painel de

peritos e de cientistas das Nações Unidas que possa trabalhar uma metodologia de emissões históricas. Esse é um aspecto importante que vai, de alguma forma... Já tive oportunidade de discutir com o Deputado alguns aspectos da proposta que ele vem apresentando, e é uma proposta que temos que considerar, mas essa proposta que o Brasil apresenta já milita parcialmente nesse desenho que o Deputado vem defendendo com tanto denodo e entusiasmo.

Esses são dois aspectos que eu queria ressaltar.

Outro aspecto que é importante salientar, que foi mencionado pelo Deputado Sirkis, mas também pelo Senador Sérgio Souza e pela Senadora Vanessa Grazziotin, é o das ações que já estamos atualmente implementando. Essa ação antecipada à nova convenção, e o Brasil, como colocado pela Senadora, transformou em lei um compromisso voluntário que foi anunciado já há alguns anos na COP em Copenhague. Então, essas ações precoces que estamos defendendo justamente se enquadram dentro desse panorama, desse ambiente que o IPCC vem ressaltando da necessidade urgente de ações já, não amanhã, e, em segundo lugar, do aumento da ambição por parte dos países nos seus compromissos.

O Brasil está levando uma proposta no sentido da contabilização dessas ações precoces – nos referimos a pré-2020. Porque nós sabemos perfeitamente da seriedade do trabalho do IPCC e do fato de eles terem apontado estes dois aspectos: urgência nas ações e aumento da ambição. Então, a proposta brasileira vem justamente atender esses dois elementos.

Agradeço também os seus comentários, Senador Sérgio Souza. Acho que os quatro Parlamentares aqui à Mesa e aqui no Plenário estarão presentes em Varsóvia. O nosso Secretário Marcelo Brandt de Oliveira também estará lá para contribuir, da maneira que seja possível, e atender as necessidades que sejam levantadas. E, mais importante do que até a própria presença do nosso responsável pela área parlamentar e federativa do Itamaraty é a presença dos Parlamentares. Nós não só reputamos da mais alta importância, mas estimulamos essa presença, justamente como mencionou o Senador Sérgio Souza, para poderem os Parlamentares aquilatarem ou contatarem, serem testemunhas oculares do processo em curso, terem capacidade de estabelecer as suas redes de contato e poderem contribuir dentro das suas responsabilidades para esse processo nacional. Esse é um processo que estimamos participativo, inclusivo e transparente. Então, é muito importante a presença de todos os Parlamentares, o que estimulamos muito.

Eu menciono também que a nossa Ministra do Meio Ambiente, a Dr^a Izabella Teixeira, e o Chanceler

Figueiredo estarão ambos no segmento de alto nível na segunda parte da segunda semana em Varsóvia. Estarão participando, como era de se esperar, dada a importância desse tema.

Gostaria de comentar um pouco, Senador, sobre a sua referência à necessidade de ações para os nossos filhos e netos. Eu gostaria de ser um pouquinho mais precoce na necessidade de ações. O senhor mencionou justamente o fato de que, sim, há perspectiva de aumento populacional aqui no globo terrestre. O outro aspecto é de que, felizmente, vários países – o Brasil, principalmente, entre eles – estão retirando da pobreza um número imenso de cidadãos e, obviamente, com todas as necessidades, como o senhor apontou, de alimentos, de energia para a incorporação dessa parte da cidadania no mercado de consumo. E aí eu queria ser um pouco mais, quiçá, drástico, Senador, da necessidade de ações não para daqui a cem anos. Entendo que o senhor colocou a questão climática numa perspectiva histórica muito bem apontada, mas os efeitos dessas mudanças climáticas já começam a ser percebidos, principalmente num setor que o senhor mencionou, a agricultura e a pecuária. E aí eu queria fazer dois comentários com relação a esse elemento da maior contundência dos efeitos naturais hoje, seja de seca, seja de inundações, seja a potência de tufões, furacões, tornados e o efeito devastador que eles têm sobre a população em geral e muito especificamente sobre o setor produtivo, ainda mais com relação à pecuária e à agricultura, que dependem muito da situação climática.

Então, os efeitos sobre a agricultura e, evidentemente, a sua produtividade também têm muito a ver com a contundência das consequências dos efeitos climáticos. Temos a obrigação de passar para os nossos filhos e netos uma Terra habitável e para uma vida digna, mas também temos que nos preocupar já com o hoje e o amanhã com relação à produtividade e ao desempenho de setores agrícolas, em especial na questão da produção de alimentos para uma população mundial crescente.

Um elemento importante – e vinculo isso a uma das observações da nossa Senadora Grazziotin – é com relação às ações voluntárias que o Brasil assumiu. E eu acho que também é um elemento muito importante a ser ponderado o fato de que hoje somos os países em desenvolvimento os países que estamos tomando atitudes concretas imensuravelmente superiores às aquelas tomadas pelo agregado dos países industrializados.

Recentes estudos realizados internacionalmente dão conta de que essa proporção de ações por parte de países em desenvolvimento supera de longe a ação de todos os países industrializados. Temos que ter em

conta essa situação e o compromisso efetivo dos países industrializados e chegarmos a um acordo, um documento que venha a ser aprovado em 2015 para vigência em 2020, exatamente para que se equilibrem essas ações. Mas foi muito bem colocado que esses compromissos e essas iniciativas que vêm sendo realizadas já obviamente devem entrar num cálculo, num cômputo para o novo acordo a partir de 2020.

Na questão das expectativas para 2015, como colocou a nossa Presidenta, Senadora Grazziotin, temos que, evidentemente – e fui cuidadoso ao mencionar a necessidade de calibrarmos as expectativas com relação a Varsóvia. É, sim, como colocou o Senador Sérgio Souza, uma Conferência das Partes intermediária, mas intermediária não significa que ela seja desvinculada de um processo mais longo e da necessidade já de podermos trabalhar bem esse novo acordo em bases sólidas, em bases inclusivas, em bases que tenham o seu tripé de equidade, de ambição e de efetividade nos seus resultados. Então, realmente, esse é um dado muito importante.

E aí entra a questão do reconhecimento que a Senadora colocou do que vem sendo feito hoje, especificamente no Brasil e também em vários outros países em desenvolvimento que dão esse número de ações superiores àquelas que vêm sendo realizadas pelos países desenvolvidos, apesar de a própria convenção mencionar explicitamente que cabe aos países industrializados tomar a liderança nesse processo de mitigação e na questão das mudanças climáticas.

Importante também, como colocou a Senadora – eu faço os comentários iniciais e, depois, passo a palavra ao nosso Ministro Everton Lucero – é a questão do Fundo Verde, a questão do REDD. Nós, sim, temos a expectativa e estaremos trabalhando no sentido de que, em Varsóvia, nós possamos concluir os trabalhos necessários para a efetiva implementação desse processo de REDD+. Mas eu pediria depois ao nosso Ministro que complementasse essas observações com temas mais tópicos.

A questão do Fundo Verde, Senadora, é um processo em curso, que está em desenvolvimento. Tivemos já algumas dessas reuniões, teremos outras, mas o momento chave ainda não ocorreu, que é a questão do aporte de capital a esse novo fundo. Ainda não temos clareza com relação a esse capital. Há indícios, há indicações, mas ainda não se iniciou esse processo de aporte para integralização do capital desse Fundo Verde. Hoje, vem sendo trabalhada a questão da sua institucionalização, o seu modelo de negócios, como trabalhará, mas o importante, o momento chave, é que nós esperamos que represente uma reforma condizente com os seus objetivos, é que o seu aporte de capital

possa ser representativo da necessidade de capital por parte dos países em desenvolvimento, na questão do combate às mudanças climáticas.

Com a sua permissão, Senadora, eu pediria, então, ao Ministro Everton que pudesse nos explicar um pouco mais sobre o REDD. Mas também um elemento que, do nosso ponto de vista, é muito importante, de alguma forma colocado pelo Deputado Sirkis, é a questão de que algum tipo de compensação que venha a ser realizado não represente, não esteja desprovido da integralidade ambiental. Então, esse é um aspecto muito importante com que eu pediria também ao Ministro Everton que pudesse, com a sua vênua, Senadora, pudesse nos brindar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Passamos a palavra, então, ao Ministro Everton.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado, Senadora; obrigado, Embaixador.

Com relação especificamente ao REDD, nós também apresentamos à Conferência de Varsóvia, antecipamos uma proposta, temos a expectativa e iremos à reunião com o melhor espírito negociador, para que essa proposta seja bem considerada e aceita, talvez, como uma das principais conclusões dessa conferência.

A nossa proposta na verdade é simples. Nós entendemos que, para viabilizar e operacionalizar o mecanismo de REDD, é preciso ter uma estrutura mínima que permita que os projetos sejam reconhecidos, garantindo a integridade ambiental. Em nenhum momento, passa pela nossa formulação a hipótese de que projetos para evitar degradação florestal ou desmatamento possam ser intercambiados pelo direito de emitir por países industrializados.

Então, o pagamento por resultados não é para essa finalidade. Nós absolutamente retiramos de pauta a possibilidade de *offsetting*, como dizemos em inglês.

O que nós estamos levando como proposta tem três pontos básicos.

Em primeiro lugar, assegurar que o Fundo Verde para o Clima – e isso está relacionado também com outra pergunta que a Senadora fez – seja o mecanismo financeiro central para REDD. Porque nós acreditamos que o Fundo Verde para o Clima, que está em processo de operacionalização... Aliás, nós temos um representante brasileiro no Conselho do Fundo, que é o Embaixador Sérgio Serra, que esteve presente na reunião, há duas semanas, em Paris...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Não, o Embaixador não estará, mas ele nos relatou que, nessa reunião do Conselho do Fundo do GCF em que esteve,

pôde notar que está avançando a questão da operacionalização do Fundo.

A intenção é que, durante as próximas duas reuniões, as primeiras duas reuniões do ano de 2014, se definam os parâmetros, os critérios, enfim, a estrutura administrativa do Fundo para que já se inicie a capitalização do fundo a partir do ano de 2014, ou seja, no máximo daqui a um ano nós teremos alguma sinalização nesse sentido.

Portanto, nós entendemos que esse mecanismo, uma vez disponível e utilizado, sirva também como o principal mecanismo de financiamento e de canalização de recursos para atividades de REDD.

O segundo ponto da nossa proposta sobre REDD é uma decisão para que cada país designe uma entidade coordenadora no nível nacional, que possa assinar os contratos, aprovar os contratos de financiamento dessas atividades. Isso permite que haja nacionalmente um mínimo de acompanhamento para garantir que as atividades no País não se façam à revelia de uma política pública instituída de acordo com as prioridades nacionais.

E o terceiro ponto é com relação à criação de um repositório internacional sobre os resultados de REDD para que haja, com a maior transparência, acessível pela internet, um acompanhamento público de que valores, que recursos foram investidos, em que projetos e que resultados isso tem aportado.

Nós entendemos que a questão do REDD é de grande interesse no contexto que a Senadora mencionou de serviços ambientais, pois ela também tem justamente este objetivo de pagamento por resultados.

Estamos falando, naturalmente, do contexto específico de redução de emissões por degradação florestal e desmatamento e entendemos que o contexto de serviços ambientais é mais amplo e que a própria floresta oferece oportunidades de serviços ambientais que transcendem a questão de mudança do clima. Mas um dos aspectos é, evidentemente, de mudança do clima e, para isso, um instrumento de REDD pode ser muito útil.

Por isso que nós estamos levando essa proposta, para favorecer também a criação desse arcabouço institucional mínimo que permita a inscrição e o desenvolvimento de projetos.

Acredito que essa era a minha contribuição sobre esse ponto específico.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço e pergunto ao Deputado Ferro se gostaria de fazer uso da palavra. Na sequência, o Deputado Sirkis.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Bom, primeiro eu queria pedir desculpas pelo meu atraso. Infelizmente, meu voo não pode chegar a tempo.

Eu percebi, na explanação do Embaixador, Ministro José Marcondes, uma argumentação que tem tecnicamente consistência, que eticamente é perfeitamente cabível e que politicamente é justa para o entendimento do tratamento dessa questão de um plano internacional da quantificação do acúmulo das emissões dos gases do efeito estufa.

Eu acho que isso é uma medida que vai dar mais justiça ambiental, inclusive nas partes envolvidas neste debate. E isso, sem sombra de dúvida, vai nos dar autoridade para fazermos cobranças e, evidentemente, para sermos cobrados.

A outra questão que eu queria perguntar, que de certa maneira foi respondida na explanação pelo Ministro, é a questão do Fundo Verde, na verdade o detalhamento. Eu queria saber se há alguma ideia de como seria detalhado, de como seria quantificado esse fundo. A constituição seria baseada em que elementos? O Brasil já tem algumas sugestões sobre a composição desse fundo? Como ele se daria? Os detalhes me parece que serão posteriormente definidos. Então, eu ficaria com essas observações.

Agradeço a atenção.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Eu gostaria de convidar os presentes para a audiência pública que será feita pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Líder dos Verdes no Parlamento Europeu, o Deputado Daniel Cohn-Bendit, que vem a ser também Líder do Maio de 68, na França, que vai ser realizada às 14h30, no Auditório 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Então, estão todos convidados.

O Deputado falará sobre questões climáticas, da relação União Europeia com o Brasil e falará também sobre a crise da Europa e as suas visões sobre o atual momento da União Europeia – ele, que é um entusiasta da União Europeia.

Em relação ao que foi dito aqui, apenas uma pergunta ao Embaixador Marcondes. Eu acho que se tem que tomar cuidado, às vezes, com certas colocações para entender bem qual é o nosso critério ao fazê-lo.

A questão de que os países em desenvolvimento estão fazendo mais em termos de redução de emissões do que os países industrializados. Isso é verdade no caso do Brasil, mas eu gostaria de saber exatamente com que base de cálculo.

Os países da União Europeia, mais o Japão, desde a época do Protocolo de Quioto, têm reduzido as suas emissões – há as metas do anexo I do Protocolo de Quioto.

Os Estados Unidos, que se recusaram a assinar o Protocolo de Quioto – a ratificar, melhor dizendo, o Protocolo de Quioto –, nos últimos três anos, por conta e graça da exploração do gás de xisto, tiveram uma diminuição significativa das suas emissões no agregado.

Houve um retrocesso, no caso do Canadá, que é escandaloso, e pode haver no caso da Austrália.

Em relação aos países em desenvolvimento, o único país que, de fato, reduziu as suas emissões no agregado foi o Brasil.

Então, eu queria saber qual é o critério, porque não é, certamente, de emissões no agregado. Pode ser, talvez, de emissões *per capita* ou uma outra forma de calcular. Eu fiquei meio intrigado em saber exatamente por que critério estava sendo esse cálculo.

Penso que, a partir de 2020, todos vão ter que reduzir no agregado. Porém, existe a questão das emissões históricas, que foi, aliás, discutida. E o Ministro Everton Lucero teve a oportunidade de acompanhar essa discussão muito passional da questão histórica, na qual tivemos, por exemplo o Prof. Eduardo Viola, da UNB, que tem uma posição contrária a esse cálculo, e outros que têm uma visão favorável.

De qualquer maneira, eu acho que existem duas coisas que são casadas, que é o conceito de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que vem do acordo em Quioto, em 1997, e a questão das emissões históricas, que é polêmica porque existem países, como os Estados Unidos, por exemplo, que reagem muito mal a essa ideia.

A mim me parece, em relação a essas duas coisas, que as obrigações comuns, porém diferenciadas continuam existindo, apenas se colocam de uma forma diferente da que elas se colocavam no final dos anos 90, quando do Protocolo de Quioto. Por quê? Porque, basicamente, hoje, e cada vez mais em tempos vindouros, as emissões são de países em desenvolvimento. Enquanto que, no final da década de 90, havia uma predominância de emissões por países desenvolvidos.

Então, nós não estaremos atacando o problema se a ideia de obrigações comuns, porém diferenciadas, se consubstanciasse num dispensa, por parte dos países em desenvolvimento, de reduzir as suas emissões no agregado. Seria um erro.

Porém, penso que as obrigações comuns, mas diferenciadas continuam vigendo para a ideia de onde virão os recursos para a transformação da economia mundial de hoje numa economia de baixo carbono. E me parece que um dos critérios para calcular a repartição do bolo de responsabilidade deva ser o critério do acúmulo de emissões na atmosfera e da responsabilidade sobre esse acúmulo. Em outras palavras, as emissões históricas.

Então, sem ser o único critério e aceitando até relativizá-lo, em certas ponderações, eu acho que há uma certa base de realidade de dizer que não pode haver uma culpabilização, uma responsabilização na forma de culpabilização em relação a algo que, numa determinada era, não se sabiam, exatamente, quais eram os efeitos.

Embora desde o século XIX se saiba que existem emissões de CO₂ e que elas interferem no clima, eu diria que, até 1992, não havia uma clara consciência das responsabilidades e das consequências em relação a emissões de gases de efeito estufa.

Por outro lado, a questão da culpabilização de gerações presentes por atos de gerações passadas, em termos de política internacional, é sempre problemática porque ela pode levar a situações meio sem solução, a impasses.

De qualquer maneira me parece que é importante ter a ideia das responsabilidades históricas como um dos critérios para a gente discutir uma nova forma de encarar a questão das obrigações comuns, porém, diferenciadas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

Passo a palavra aos nossos convidados, que podem fazer observações a respeito dessas últimas intervenções e, ao mesmo tempo, as considerações finais.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado. Obrigado pela sua presença, Deputado Ferro, que é sempre muito atento a essas questões climáticas e de sustentabilidade.

Evidentemente, estamos trabalhando como delegação do Brasil. E, nos nossos contatos com outros grupos de países, com um grupo mais amplo do grupo de países em desenvolvimento e a China, especificamente também com um grupo mais reduzido que abarca a África do Sul, a China, a Índia, e nós do Brasil, temos trabalhado justamente no sentido de avançar essas ideias que se materializam nas propostas que já foram apresentadas para essa reunião que começa dia 11 em Varsóvia.

Nesse sentido inspirados, e a partir dessa situação que o senhor colocou, que nos qualificam e que dão seriedade e dão enorme respaldo aos nossos pleitos, é daí que estamos buscando a inspiração de que sim, podemos e devemos fazer, e sim, também os outros países devem atuar nesse sentido.

Com relação aos comentários do Deputado Sirkis, eu vou ficar muito satisfeito, Deputado, e hoje à tarde mesmo lhe passo cópia de um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi, que coloca esses dados a respeito da redução de emissões hoje no mundo desenvolvido, nos

países industrializados e nos países em desenvolvimento. Vou-lhe fazer chegar esse estudo que aponta claramente essa situação em que sim, são os países em desenvolvimento que estão hoje emitindo menos que o agregado dos países... A redução das suas emissões é maior do que as reduções das emissões por parte dos países desenvolvidos. Vou-lhe fazer chegar hoje à tarde mesmo...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Ou *per capita*.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – ... esse estudo, e teremos ampla oportunidade de discutirmos esse tema em Varsóvia.

E recomendo aos Parlamentares se prevenirem ou estarem preparados para a temperatura, que vai nos esperar em Varsóvia, que nesta época faz um pouco de frio. Mas é tudo muito relativo...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Comparado com Copenhague...

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Ou comparado com Manaus, acho que a Senadora passará extremo frio lá. Comparado com o Polo Norte, seguramente não. Mas será importante estarmos devidamente agasalhados, até porque, Senadora, esse evento, a COP será realizada no Estádio Nacional de Futebol, estádio maravilhoso, surpreendentemente lindo, foi palco da final da Eurocopa, onde serão montadas duas grandes unidades provisórias em cada uma das metades do estádio. De qualquer forma, é um estádio coberto, que espero que não tenha que ser aberto. Só será aberto caso haja precipitação de neve. E aí o teto não suporta a carga de neve. Então, poderá haver mais frio no ambiente externo a essas instalações provisórias.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nessa época não neva lá.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Nunca se sabe, Senadora.

Alguns poloneses me contaram que não seria tão raro haver precipitação, haver nevascas nessa época.

Esperemos. Acho que irmos preparados é o melhor, é a maneira que eu melhor posso aconselhar.

Em toda essa discussão das responsabilidades históricas, das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, nós temos de ter em conta, e o Deputado Sirkis apontou muito corretamente, o fato de que, numa suposição teórica de que houvesse zero acúmulo na atmosfera, hoje seria uma situação distinta.

Ocorre que a situação climática presente decorre, justamente, de situação passada, e essa situação passada é que fez com que os países que emitiram no passado pudessem entrar num estado de acumulação

de capital que permitiu a vários deles chegar ao nível de desenvolvimento e permitiu às suas populações o nível de vida de que desfrutam.

Então, os países em desenvolvimento... Eu acho que esse é um outro elemento, aliás, que consta como um conceito apropriado e que consta da atual Convenção do Clima, que é a questão do direito ao desenvolvimento.

Então, é um elemento fundamental, do ponto de vista do Brasil, tendo em vista a situação da acumulação de moléculas de gás de efeito estufa na atmosfera e, também, o direito inalienável dos países de poderem se desenvolver e dos países em desenvolvimento poderem alcançar níveis de desenvolvimento a que, hoje, muitos ainda não chegamos, em termos coletivos.

Essa é uma questão importante, mas, Deputado, o senhor sabe como eu aprecio o contraditório e como eu sempre me benefico das suas impressões, de sua longa trajetória nessa área de mudanças climáticas e busca da sustentabilidade.

Senadora, eu tenho apenas de reiterar a enorme satisfação, em nome do meu colega Everton Lucero e do Marcelo Brandt de Oliveira. Os três estaremos acompanhando os trabalhos em Varsóvia e já, de antemão, eu manifesto a intenção da delegação de trabalharmos em conjunto, podendo ter uma interação permanente, dentro de um quadro de enorme acúmulo de reuniões em Varsóvia, mas é um compromisso que a delegação assume, de dar continuidade a esse contato, a essa interação com os nossos Parlamentares, que muito orgulham e muito enriquecem a constituição da delegação brasileira.

Senadora, muito obrigado pela oportunidade de virmos aqui. Seguimos sempre à disposição.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço.

Só gostaria de solicitar um minutinho, porque nós temos um requerimento, aqui, a ser aprovado.

Antes de ler o requerimento, quero agradecer a colaboração dos nossos convidados, que aqui representam o Ministério de Relações Exteriores, no sentido de colaborar com o debate, no Parlamento, acerca da próxima conferência.

Quero dizer que, talvez, o Deputado Sirkis perca somente para o Deputado Mendes Thame. O Deputado Mendes Thame, todos os anos, participa da conferência. Neste ano não irá e fará uma falta enorme lá. Diz ele que é por conta, já, das eleições, porque não estão fáceis em São Paulo, mas como em Pernambuco está tudo muito tranquilo, no Rio de Janeiro também, a gente vai poder contar com a participação dos Deputados.

Então, quero agradecer a colaboração dos senhores e, rapidamente, só colocar em votação um

requerimento por mim apresentado, em decorrência, até, da realização da Conferência do Meio Ambiente, realizada no Brasil e concluída na semana passada, cujo tema foi reciclagem.

**EXTRAPAUTA
ITEM**

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 17, de 2013**

Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro desta CMMC, a realização de audiência pública, bem como a apresentação de exposição de material reciclado, com data a ser definido posteriormente, com a participação dos representantes do Ministério do Meio Ambiente; da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas; do Compromisso Empresarial para

Reciclagem – CEMPRE; da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental de Manaus – ARPA; do senhor Tião Santos – Presidente da Cooperativa do Gramacho; e do senhor Edson Freitas – Presidente da Associação dos recicladores do Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Com isso, faremos repercutir no Senado Federal a Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nada mais havendo a tratar, nós encerramos a presente reunião, agradecendo a presença de todas e de todos.

(Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

Edição de hoje: 28 páginas
(OS: 10006/2014)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

